PROTOCOLO GERAL 64593.004115/2022-47	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2022-HGuPV

VOLUME:1/1

SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS
SALC -2022

INTERESSADO: HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO
HGuPV
UASG: 160351

ASSUNTO: Aquisição de Pneus para as viaturas administrativas.

REFERÊNCIA: DIEX Nº 21 – Set Transp, de 26 de maio de 2022.

EMPENHO NR: 2022NE501, de 05JUL22 - Valor R$: 5.759,20.

CNPJ/EMPRESA: CNPJ n° 41.[redacted]-68 - RAEFEL [redacted] LTDA.

ANEXO(S): Conforme Índice

DESTINOS	DATA		
1.			
2.			

ANO 2022

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO - Coronel
Ordenador de Despesas do HGuPV

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2022-HGUPV

(Processo nº 64593.004115/2022-47)

ÍNDICE

Ordem	Documentos	Folha
01	Lista de Verificação da AGU	
02	Termo de Abertura de Dispensa de Licitação	
03	Documento de Formalização da Demanda	
04	Pesquisa de preços e planilha orçamentária	
05	Estudo Técnico Preliminar	
06	Memória de Cálculo	
07	DIEx n° 219-Fisc Adm, de 10 de maio de 2022	
08	DIEx n° 13-Subç Mnt/Seç Mat/CCOL, de 11 de maio de 2022	
09	Orçamento	
10	Aviso de Dispensa Eletrônica n° 12/2022	
11	Termo de Referência	
12	Extrato SIASGNET – Dispensa n° 12/2022	
13	Aviso de Dispensa Eletrônica n° 14/2022	
14	Termo de Referência	
15	Extrato SIASGNET – Dispensa n° 14/2022	
16	Portal Nacional de Compras Públicas n° 14/2022	
17	Relatório da Dispensa Eletrônica n° 14/2022	
18	Despacho do motivo por Dispensa	

19	Aviso de Dispensa Eletrônica n° 18/2022	
20	Termo de Referência	
21	Extrato SIASGNET – Dispensa n° 18/2022	
22	Orientação Normativa n° 69, de 13 de setembro de 2021.	
23	Nota de Empenho	
24	Aviso da Dispensa Eletrônica n° 19/2022	
25	Termo de Referência	
26	Extrato SIASGNET – Dispensa n° 19/2022	
27	Portal Nacional de Compras Públicas n° 19/2022	
28	Proposta Fornecedor	
29	Ato de Reconhecimento de Dispensa de Licitação	
30	Habilitação	
31	Relatório da Dispensa Eletrônica n° 19/2022	
32	Certidões	
33	Nota de Empenho	
34	Termo de encerramento de Dispensa de Licitação	

FL 01

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO
(Inexigibilidades e Dispensas de licitação em geral – exceto TIC e engenharia)

* Lista 1 – Preenchida em **todas** as contratações diretas;
* Lista 2B – Preenchida em contratação por **dispensa**;
* Lista 3A– Preenchida para **aquisições,** tanto por inexigibilidade como dispensa;

TIPO DE CONTRATAÇÃO	LISTAS A SEREM PREENCHIDAS
Dispensa para aquisição	Lista 1 Lista 2B Lista 3A

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[1]		
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[2]		
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[3]		
Consta documento de formalização de demanda?[4]		
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano Anual de Contratações?[5]		
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?[6]		
Há Estudo Técnico Preliminar?[7]		
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da		

FL. 01 v
Ag

contratação?[8]		
Há Análise de Riscos?[9]		
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?[10]		
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?[11] [12]		
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?[13]		
A autoridade manifestou-se sobre a aplicabilidade ou não de matriz de alocação de riscos?[14]		
Há termo de referência ou de projeto básico?[15]		
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência ou de Projeto Básico da Advocacia-Geral União ou houve justificativa para sua não utilização?[16]		
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência ou de projeto básico, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?		
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas?[17]		
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?[18]		
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/2019 c/c art. 3º da Portaria MP nº 249/2012?		
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?[19]		
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?[20]		
Foi juntada aos autos consulta ao CADIN?[21]		
Houve a autorização da autoridade competente?[22]		
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade?[23]		

FL 021

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2B – VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14133/21?		
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa de conforme regulamento pertinente ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa mediante solicitação formal de cotações?[24]		
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro?[25]		
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido, com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados e com seleção da proposta mais vantajosa ou justificou a não adoção desse procedimento de divulgação?[26]		
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a contratação será paga por meio de cartão de pagamento e com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)?[27]		
Em caso negativo, houve justificativa para não adoção dessa forma de pagamento?[28]		

LISTA DE VERIFICAÇÃO 3A - VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES POR INEXIGIBILIDADE OU POR DISPENSA DE LICITAÇÃO	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Há justificativa para não utilização de sistema de		

fl. 02 IV
Ag

registro de preços?[29]		
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?[30]		
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[31]		
Caso a Administração exija que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, consta fundamentação em Estudo Técnico Preliminar?[32]		
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?[33]		
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?[34]		
Há certificação de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?[35]		

FL. 03
4

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO DE ABERTURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2022-HGUPV

(Processo nº: 64593.004115/2022-47)

OBJETO: Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas.

Nos termos disposto no inciso II, Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, autuo nesta data o Processo Administrativo nº 64593.004115/2022-47, referente à declaração de Dispensa de Licitação para atender o DIEx Nr 21 – Set Transp, de 26 de maio de 2022, Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas, visando atender a necessidade do setor requisitante.

Porto Velho-RO, 26 de maio de 2022.

[redacted]

ÂNGELO [redacted] ASSIS – Sd EP
Auxiliar da SALC do HGUPV

FL 04

DIEx Nº 21-Set Transp/Fisc Adm/DA - Divisão Administrativa
EB: 64593.004115/2022-47

Porto Velho, 26 de maio de 2022.

Do Chefe da Manutenção de Transporte
Ao Sr Fiscal Administrativo
Assunto: Oficialização de demanda de aquisição de pneus para as viaturas administrativas
Anexos:

1) ETP_Digital_-_material_de_consumo;
2) MAPA_DE_PESQUISA_DE_PREÇOS; e
3) DFD_Documento_de_Formalização_de_Demanda.

Setor Requisitante: Manutenção e Transporte	
Responsável pela Demanda: Chefe de Manutenção e Transporte	
E-mail: transporte@hgupv.eb.mil.br	Telefone: (69) 3218-4847

Objeto:

( ) Serviço Não Continuado

( ) Serviço Continuado **SEM** Dedicação Exclusiva de Mão de Obra

( ) Serviço Continuado **COM** Dedicação Exclusiva de Mão de Obra

(X) Material de Consumo

( ) Material Permanente / Equipamento

Forma de Contratação sugerida:

( ) Modalidades da Lei n° 8.666/93: (especificar a modalidade)

( ) Modalidades da Lei n° 14.133/2021: (especificar a modalidade)

( ) Pregão (especificar se Pregão próprio ou como participante em pregão de outro Órgão, com uso de SRP)

(X) Dispensa/Inexigibilidade

( ) Adesão à IRP de outro Órgão (**CARONA**).

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de fornecimento dos materiais solicitados tem urgência em virtude do alto índice de indisponibilidade de viatura administrativa, para atender a demanda do Hospital de Guarnição de Porto Velho (HGuPV), o material solicitado foi estimado por meio de inspeção da equipe de manutenção e transporte. Como o HGuPV atua na prestação de serviços em saúde aos militares das Forças Armadas, da ativa e também os inativos e pensionistas, servidores civis e seus dependentes, temos a necessidade de manter a frota de viaturas em condições para atender as demandas de

transporte de documentos e pessoal pertinentes as atividades diárias deste hospital.

1. **QUANTIDADE DE SERVIÇO/MATERIAL A SER CONTRATADA**

A quantidade da demanda referente a contratação do serviço é de um total de 15 unidades de pneus distribuídos entre 3 viaturas, conforme necessidade encontrada em cada uma delas após inspeção preventiva.

1. **A PREVISÃO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

O serviço/produto deverá ser prestado/entregue imediatamente após a assinatura de termo de contrato e/ou recebimento da Nota de Empenho, conforme data prevista no Termo de Referência e/ou Projeto Básico.

1. **CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**
   a. Valor Estimado da Contratação: R$ 6.364,80 (seis mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos);
   b. Valor Estimado de Custeio: Não se Aplica;
   c. Valor Estimado Investimento: Não se Aplica;
   d. Ação do Plano Operacional (Plano Interno): D8SAFCTMVTA;
   e. Plano Orçamentário: Saúde.

1. **INDICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

- 2º Sgt Hendler (Chefe de Manutenção e Transporte); e
- Cb Warlei (Auxiliar de Manutenção e Transporte).

1. **DESPACHOS DAS AUTORIDADE COMPETENTES**

Sou de parecer favorável ao atendimento a demanda apresentada.

Porto Velho, RO, 30 de 05 de 2022.

FABRICIO [redacted] SILVA - Maj
Chefe da Divisão Administrativa do HGUPV

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO	**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS**
1. Justificativa apresentada para a	1. Aprovo a justificativa apresentada e autorizo a contratação para a quantidade demandada; 2. Determino a abertura de processo licitatório correspondente, se for o

contratação do serviço é pertinente; 1. Encaminho ao Sr. Ordenador de Despesas.	caso; 3. Fiscal Administrativo verificar o recurso próprio para a despesa; 4. O Chefe da SALC tome as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.
Porto Velho, RO, 30 de 05 de 2022. **JARDER [redacted] SILVA - Cap** Fiscal Administrativo	Porto Velho, RO, 30 de 05 de 2022. **SÉRGIO [redacted] LOUREIRO - Cel** Ordenador de Despesas

FABLICIO [redacted] BOFF - 2º Sgt
Chefe da Manutenção de Transporte

322-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE"

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

1. OBJETO

1.1. A presente Pesquisa de Preços foi realizada no período de 02 de fevereiro de 2022 a 09 de maio de 2022, conforme determinações da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.2. A Pesquisa de Preços foi elaborada por este agente tecnicamente capaz de definir quantitativa e qualitativamente as necessidades do objeto, visando à aquisição de pneus para as viaturas administrativas a fim de atender às necessidades do Hospital de Guarnição de Porto Velho.

2. METODOLOGIA APLICADA

2.1. Para a definição do preço, foi utilizado como método, o menor preço obtido na pesquisa de preços, em virtude de se mostrar a mais apropriada ao presente caso.

3. PARÂMETROS UTILIZADOS

3.1. Conforme previsão do artigo 5º da IN 73/2020, foi utilizado os parâmetros previstos nos Incisos I, II, III e IV, de forma combinada, priorizando os parâmetros dos incisos I e II.

3.2. A utilização exclusiva do parâmetro do inciso IV, em que pese ser a última prioridade de parâmetro a ser utilizada, ocorreu em virtude de não terem sido encontradas contratações similares, quer no Painel de Preços, quer em contratações similares de outros entes públicos, provavelmente por consequência da especificidade do objeto.

4. COMPARATIVO DE PREÇOS

Item	Especificação do Objeto	CatMat	Und	Qtd	1º Orçamento	Legenda	2º Orçamento	Legenda	3º Orçamento	Legenda	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Pneu 175/65 R14 com válvula e instalado Corsa e Fiesta		Unidade	10	Rondomaza R$ 523,00	1A	FOX Pneus R$ 430,15	1B	Pemaza R$ 360,00	1C	R$ 360,00	R$ 3.600,00
2	Pneu 195/65 R15 com válvula e instalado Spin		Unidade	5	Rondomaza R$ 599,00	1A	FOX Pneus R$ 621,00	1B	Pemaza R$ 552,96	1C	R$ 552,96	R$ 2.764,80
TOTAL					**R$ 1.122,00**		**R$ 1.051,15**		**R$ 912,96**		**R$ 912,96**	**R$ 6.364,80**

Parâmetros:

Fl. 08

1 - pesquisa com os fornecedores.

Empresas:

A – A.K. Rondomaza [redacted] LTDA; CNPJ: 26.[redacted]-80

B – FOX [redacted] LTDA; CNPJ: 03[redacted]00

C – Pemaza [redacted] LTDA; CNPJ: 05.[redacted]56

5. RESULTADOS OBTIDOS

5.1. Analisando todos os dados obtidos por este agente de pesquisa de preços, conclui-se que a pesquisa de preços realizada cumpriu a finalidade de permitir que a Administração estabelecesse o preço estimado, de acordo com a realidade praticada no mercado, por empresas do mesmo ramo do objeto a ser adquirido.

6. ANEXOS

6.1. Orçamento de 03 (três) Fornecedores do ramo do objeto.

Porto Velho-RO, 25 de maio de 2022.

FABLICIO [redacted] BOFF - 2º Sgt
Chefe da Equipe de Pesquisa de Preços

11 09
A4

COTACAO DE PRODUTOS (TOMADA DE PRECOS)

RONDOMAZA - PVH
AV NACOES UNIDAS
FONE: 6932242460 FAX:

COTACAO No.: 98996/1
EMISSAO: 08/02/2022-10:02:01
VENDEDOR: WENDEL [redacted]

CLIENTE.:CONSUMIDOR A VISTA-1 - CONSUMIDOR A VISTA
ENDERECO:PORTO VELHO - CENTRO
CIDADE..:PORTO VELHO-RO CEP: 78.000-000
CPF/CNPJ:000.000.000-00 I.E./RG: ISENTO FONE: 0000000000

ITE	CODI.	DESCRICAO DO PRODUTO	REFERENCIA	NCM	EMB	QUANTID		VLR.LIQ.	TOT.LIQ.	
001	64745	PNEU 175/65R14 CINTU.....			PC	10,000		490,00	4.900,00	EZ
002	27243	BICO PNEU.....			PC	10,000		13,00	130,00	EZ
003	30005	SERVICO ALINHAMENTO.....			UN	2,000		50,00	100,00	
004	9175	BALANCIAMENTO.....			UN	2,000		50,00	100,00	

OBS: * [redacted]

[redacted]

TOTAL LIQUIDO:[5.230,00]

VEND: WENDEL [redacted]

CLIE: CONSUMIDOR A VISTA

Total Qtde=> 24,000 - 00004 Iten(s) Impresso(s)

FOX [redacted] LTDA

CNPJ: 03[redacted]00, IE: 00000001710966
End.: AV NACOES UNIDAS, 805, NOSSA SENHORA DAS GRACAS
PORTO VELHO - RO, CEP: 76804-177
Fone: 69 3217-3030

Cotação 163922

Data/Hora da Criação: 08/02/2022 10:36:19 Válido Até: 11/02/2022

Cliente: - EXERCITO

Vendedor: 208705 - WAGNER [redacted]

Veículo:

Placa: | Km Atual:

Condição Pagamento	Parcelas	Portador	Total
DINHEIRO	1X de R$ 4301.50	1 - DINHEIRO	4.301,50
		Valor Total:	**4.301,50**

Cód	Descrição Produto	Cód. Fabricação	Marca	Mecânico	Difal	Qtd.	Unit.	Total
14664	175/65R14 P1 CINTURATO 82T	2471000	PIRELLI	-	0,00	10	430,15	4.301,50
						Valor Total:		**4.301,50**

Observações Internas

NESSE VALOR JA ESTÃO INCLUIDOS PNEUS PRIMEIRA LINHA PIRELLI ,VALVULA DE AR PARA PNEUS SEM CAMERA,ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO.

Assinatura do Cliente

[redacted]

11
4

PEMAZA

Orçamento

Pedido 232202080129

Filial

Cidade	Endereço			
PORTO VELHO - RO	AV.NACOES UNIDAS, 932 - MATO GROSSO			
Telefone	**Telefone 2**	**Telefone 3**	**Telefone 4**	**Telefone 5**
(69) 32172880				

Cliente

Nome			
1 - CONSUMIDOR FINAL			
Endereço	**Bairro**	**Cidade**	**Telefone**
.	.	GUAJARA-MIRIM - RO	99999999
Atendente	**Condição de pagamento**		**Emissão**
VALDICLEIA	C3011 - 30 D/N.F.		08/02/2022 às 09:59

Código		Descrição	Qtd.	Valor	Valor total
# 6U-1XKZ	GOODYEAR	PNEU 175/65R14 ASSURANCE MAXLIFE 86H	10	330,69	3.306,90
# 4B0-1Q54	BRAMAIS	VALVULA MEDIA EMBORRACHADA PNEU S/CAMARA VEICULAR ARO 13/14/15/6	10	5,31	53,10
				TOTAL DOS PRODUTOS	3.360,00
1135		ALINHAMENTO - - -	2,000	50,00	100,00
1335		BALANCEAMENTO - - -	8,000	12,50	100,00
1435		SERVICO MONTAGEM PNEU AUTOMOVEL	8,000	5,00	40,00
				TOTAL DOS SERVIÇOS	240,00
				TOTAL GERAL	3.600,00

Atenção! Não tem efeito fiscal, exija a nota fiscal.

Orçamento válido até 10/02/2022.

[redacted]

121
4

RONDOMAZA
CENTRO AUTOMOTIVO

(69) 3222-2664 || 3225-4400

| CLIENTE.:HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO|

| ENDERECO:RUA RUI BARBOSA - CENTRO |

| CIDADE..:PORTO VELHO-RO CEP: 78.900-300 |

| CPF/CNPJ:09[redacted]02 I.E./RG: ISENTO FONE: 32174035
|

COD	PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	QTD/H.TRAB	V.UNIT/V.HORA	TOTAL
50400	PNEU DT	PIRELLI	5,00	R$544,00	R$2720,00
50400	ALINHAMENTO	SERVIÇO	1,00	R$100,00	R$100,00
50400	BALANCEAMENTO	SERVIÇO	1,00	R$100,00	R$100,00
50400	BICO PNEU	UNIVERSAL	5,00	R$15,00	R$75,00

[redacted]

TOTAL:R$2995,00

13
4

FOX [redacted] LTDA

CNPJ: 03.[redacted]00, IE: 00000[redacted]
End.: AV NACOES UNIDAS, 805, NOSSA SENHORA DAS GRACAS
PORTO VELHO - RO, CEP: 76804-177
Fone: 69 3217-3030

Cotação 190754

Data/Hora da Criação: 09/05/2022 11:42:03 Válido Até: 12/05/2022

Cliente: 12199 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO **Vendedor:** 231535 - ELAINE

Canal de Venda: 0 - NÃO INFORMADO

Veículo: **Placa: | Km Atual:**

Condição Pagamento	Parcelas	Portador	Total
DINHEIRO	1X de R$ 3105.00	1 - DINHEIRO	3.105,00
		Valor Total:	**3.105,00**

Cód	Descrição Produto	Cód. Fabricação	Marca	Mecânico	Difal	Qtd.	Unit.	Total
55627	195/65R15 91H P1 CINT (C/ CORDOLO)	2856600	PIRELLI	-	0,00	5	591,00	2.955,00
6573	VALVULA 14	T14-R	DIVERSOS	-	0,00	5	7,50	37,50
					Valor Total:			**2.992,50**

Cód	Descrição Servico	Mecânico	Difal	Qtd.	Preço Unit.	Preço Total
46	ALINHAMENTO DIANTEIRO PASSEIO	-	0,00	1	50,00	50,00
47	BALANCEAMENTO PASSEIO	-	0,00	5	12,50	62,50
			Valor Total:		**112,50**	

Assinatura do Cliente

PEMAZA

Orçamento

Pedido 372205090049

Filial

Cidade	Endereço
PORTO VELHO - RO	AVENIDA JATUARANA, 6267 - FLORESTA

Telefone	Telefone 2	Telefone 3	Telefone 4	Telefone 5
(69) 32285987				

Cliente

Nome			
1 - CONSUMIDOR FINAL			
Endereço	**Bairro**	**Cidade**	**Telefone**
.	.	GUAJARA-MIRIM - RO	99999999
Atendente	**Condição de pagamento**	**Emissão**	
JANAINA [redacted]	CIELO10 - CIELO CREDITO	09/05/2022 às 10:20	

Código		Descrição	Qtd.	Valor	Valor total
# 6U-NM	GOODYEAR	PNEU 195/65R15 EFFICIENTGRIP 91H	5	520,00	2.600,00
# 4B0-1Q54	BRAMAIS	VALVULA MEDIA EMBORRACHADA PNEU S/CAMARA VEICULAR ARO 13/14/15/6	5	5,56	27,80
				TOTAL DOS PRODUTOS	**2.627,80**
09.5		ALINHAMENTO BALANCEAMENTO - -	1,000	112,00	112,00
1535		TROCA PNEU CARRO PASSEIO - TROCA	1,000	25,00	25,00
				TOTAL DOS SERVIÇOS	**137,00**
				TOTAL GERAL	**2.764,80**

Atenção! Não tem efeito fiscal, exija a nota fiscal.

Orçamento válido até 11/05/2022.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

Conforme pesquisa realizada no site Painel de Preços, onde fica a base de dados do Governo Federal das ultimas contratações e aquisições públicas, foi constatado que o **PNEU 175/65 R14** encontrado na cotação local está ainda mais baixo que a média de aquisições via licitação em todo o Brasil no ano de 2022, que ficou em torno de **R$ 372,54**.

Já para o **PNEU 195/65 R15**, a média nacional ficou em **R$ 435,34**, pouco acima dos **R$ 552,96** que foi o menor preço encontrado na cotação local, porém o Painel de Preços traz uma grande quantidade de fornecedores das regiões Sul e Sudeste, o que muito provavelmente deixaria este preço final muito acima da cotação feita para este processo se a entrega do mesmo fosse para nossa região.

A cotação local leva em conta ainda todo serviço de troca dos produtos, alinhamento e balanceamento das viaturas em questão, o que não é incluso na média de preços do site Painel de Preços.

Segue anexo o relatório retirado do site Painel de Preços para esta comparação.

Portanto, a tomada de preços realizada no comércio local deixa evidente que os preços estão dentro da média nacional para o produto especificado.

FABLICIO [redacted] BOFF – 2º Sgt
Chefe da Equipe de Pesquisa de Preços

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 372,54	**R$ 350,00**	**R$ 320**

FILTROS APLICADOS

Descrição	Nome do Material (PDM)	Ano da Compra
PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO\, MATERIAL CARCAÇA:LONA NÁILON\, MATERIAL TALÃO:LONA\, MATERIAL BANDA RODAGEM:BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA\, TIPO ESTRUTURA:CARCAÇA RADIAL\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM CÂMARA\, 175/65-R14, PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO\, MATERIAL CARCAÇA:LONA POLIÉSTER\, MATERIAL TALÃO:ARAME AÇO\, MATERIAL BANDA RODAGEM:BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA\, MATERIAL FLANCOS:MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE\, TIPO ESTRUTURA:CARCAÇA RADIAL\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM CÂMARA\, 175/65 ARO 14	**PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO**	**2022**

Quantidade total de registros: 11

Registros apresentados: 1 a 11

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00001/2022	00002	Pregão	344268	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	180	R$320	NORCOL NORDESTE COMERCIO E SERVICOS LTDA	ESTADO DA PARAIBA	980502 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHAO	04/03/2022
00038/2022	00017	Pregão	344268	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	6	R$323	GABIGOLD DISTRIBUIDORA EIRELI	ESTADO DE MINAS GERAIS	984305 - PREF.MUN.DE CATAGUASES/MG	28/04/2022
00024/2022	00002	Pregão	344268	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	360	R$325	GABIGOLD DISTRIBUIDORA EIRELI	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	982921 - PREFEITURA MUNICIPAL DAS OSTRAS/RJ	11/04/2022
00016/2022	00011	Pregão	344268	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	100	R$330	PNEUBOM LTDA	ESTADO DA BAHIA	983531 - PREFEITURA MUNIIC.DE GOVERNADOR MANGABEIRA/BA	01/04/2022
00011/2022	00009	Pregão	344268	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	42	R$340	JP COMERCIO DE PNEUS EIRELI	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	154050 - MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL/SE	14/02/2022

00015/2022	00001	Pregão	344268	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	44	R$350	FIRENZE PNEUS LTDA	ESTADO DE SANTA CATARINA	980888 - PREFEITURA MUN.DE BALNEÁRIO A.DO SILVA	19/04/2022
00025/2021	00015	Pregão	344268	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	30	R$368,79	GUSMAO E SILVA AUTOPECAS E SERVICOS LTDA	COMANDO DA MARINHA	771100 - BASE DE ABASTECIMENTO DA MARINHA NO RJ	13/02/2022
00040/2021	00005	Pregão	344268	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	10	R$418	CHEVROMAIS - COMERCIO DE PECAS, ACESSORIOS E LUBRIFICANTES LTDA	ESTADO DA BAHIA	983713 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGIPE/BA	13/01/2022
00007/2022	00002	Pregão	344268	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	12	R$420	JOSE FERREIRA DANTAS PNEUS	ESTADO DO PIAUI	981083 - PREFEITURA MUN. DE FRANCISCO SANTOS	24/03/2022
00020/2021	00003	Pregão	236397	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	12	R$435,90	STOP CAR PNEUS EIRELI	ESTADO DO ESPIRITO SANTO	927046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOA ESPERANÇA	13/01/2022
00036/2022	00003	Pregão	344268	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	100	R$467,21	LUKAUTO - COMERCIO DE PNEUMATICOS E PECAS LTDA	ESTADO DO PARA	927495 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA	02/05/2022

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 435,34	**R$ 429,00**	**R$ 347,70**

FILTROS APLICADOS

Descrição	Nome do Material (PDM)	Ano da Compra
PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO\, MATERIAL CARCAÇA:LONA POLIÉSTER\, MATERIAL TALÃO:ARAME AÇO\, MATERIAL BANDA RODAGEM:BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA\, MATERIAL FLANCOS:MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE\, TIPO ESTRUTURA:CARCAÇA RADIAL\, DIMENSÕES:195/65 R15\, TIPO:SEM CÂMARA	**PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO**	**2022**

Quantidade total de registros: 11

Registros apresentados: 1 a 11

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00002/2022	00024	Pregão	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	24	R$347,70	ZEUS COMERCIAL EIRELI	ESTADO DE SAO PAULO	986205 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA/SP	12/04/2022
00029/2021	00004	Pregão	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	12	R$380	PNEUS COMERCIO DE PNEUS EIRELI	ESTADO DO PARANA	926720 - CONS INTERM DE REDE URGENCIA SUDOESTE PR	16/02/2022
00018/2022	00002	Dispensa de Licitação	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	4	R$404,25	INOVATTI COMERCIO E TURISMO LTDA	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	988655 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA	01/04/2022
00024/2021	00460	Pregão	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	64	R$410	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160447 - 1º BATALHãO FERROVIaRIO	11/01/2022
00037/2022	00002	Dispensa de Licitação	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	4	R$426,75	INOVATTI COMERCIO E TURISMO LTDA	ESTADO DE MINAS GERAIS	984069 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI	08/04/2022
00006/2022	00015	Pregão	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO		UNIDADE	30	R$429	A B CAVALCANTE EIRELI	ESTADO DA PARAIBA	982179 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO	07/02/2022

00008/2022	00015	Pregão	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	30	R$450	PNEUS GOMES EIRELI	ESTADO DA BAHIA	983289 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL/BA	21/03/2022
00008/2022	00016	Pregão	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	30	R$468	PNEUS GOMES EIRELI	ESTADO DA BAHIA	983289 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL/BA	21/03/2022
00016/2022	00009	Pregão	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	12	R$476	IRENILSON SILVA DE SOUZA	ESTADO DA BAHIA	983531 - PREFEITURA MUNIIC.DE GOVERNADOR MANGABEIRA/BA	01/04/2022
00004/2022	00016	Pregão	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	10	R$497	J A L SILVA COMERCIO VAREJISTA DE PNEUMATICOS EIRELI	ESTADO DA PARAIBA	982243 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA	09/03/2022
00009/2022	00048	Pregão	248158	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO	UNIDADE	8	R$500	H R REPRESENTACAO COMERCIAL E COMERCIO DE PRODUTOS VARIADOS LTDA	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	981661 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS	10/03/2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações básicas

1.1. Objeto: Aquisição de Pneus para as Viaturas do Hospital de Guarnição de Porto Velho.

1.2. Nº do processo administrativo

1.2.1.

1.3. Área demandante: Garagem do HGUPV.

2. Descrição da necessidade

2.1. O Hospital de Guarnição de Porto Velho (HGuPV) atua na prestação de serviços em saúde aos militares das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), da ativa e também aos inativos e pensionistas, servidores civis e seus dependentes.

2.2. Existe a constante necessidade de tramitação de documentos de pacientes do HGuPV para outras unidades de saúde, Organizações Militares ou órgãos reguladores do governo, e para isso temos a necessidade de utilização de nossas viaturas administrativas, que precisam passar por constante manutenção a fim de deixa-las em condições para tal no momento em que for acionada.

2.3. Para que seja possível manter a qualidade e que não haja solução de continuidade dos procedimentos desenvolvidos, faz-se necessário a aquisição de pneus para manutenção preventiva e corretiva de 03 viaturas deste hospital. A aquisição dos materiais de consumo demandados contribuirá para o bom atendimento dos usuários e continuidade das atividades administrativas do hospital.

2.4. Destaca-se que o não atendimento da demanda acarreta no risco da possível falta da unidade de transporte, ocasionando atraso ou paralização de alguma atividade administrativa que seja necessário o transporte externo de documentos ou algum militar.

2.5. O objeto a ser adquirido, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 8.666/93.

2.6. A natureza do objeto a ser adquirido neste certame enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1°, da Lei n° 10.520, de 2002, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, nos termos do parágrafo único, do art. 1°, da Lei 10.520, de 2002 "Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

3. Área requisitante

Area / seção	Responsável
Chefe de Manutenção de Transporte	2º Sgt HENDLER

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratada deverá levar em consideração as normas técnicas existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei

n° 4.150, de 1962; adotar práticas de sustentabilidade adequadas que o objeto exigir, devendo ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7°, XI, da Lei n° 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG nrs. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;

4.2. Faz-se necessário ainda que os produtos que obedeçam às diretrizes, classificações e especificações determinadas pelo INMETRO, se existentes;

4.3. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (NE), em remessa única para cada pedido.

4.4. Os produtos deverão ser entregues instalados em cada viatura, sem qualquer valor adicional não previsto. O valor de instalação deve estar incluso no valor de cada pneu, se necessário.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções.

5.2. Destaca-se que a quantidade de fornecedores não é restrita, pois existem diversos fornecedores que comercializam pneus automotivos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Dispensa de licitação para eventual aquisição de pneus automotivos visando atender as necessidades das viaturas do Hospital de Guarnição de Porto Velho conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Em observância ao disposto no Art. 15, § 7°, II, da Lei n° 8.666/93, as quantidades a serem adquiridas estão de acordo com a necessidade apontada pelas inspeções feitas pelo efetivo da garagem.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Conforme previsto no art. 5°, da Instrução Normativa n° 73, de 05 de agosto de 2020 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o parâmetro utilizado para a formação de preço de referência foi a de 03 (três) pesquisas realizadas junto a fornecedores locais.

8.2. Para o presente objeto utilizou-se o inciso:

8.2.1. IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

8.3. Segue anexo o Mapa Comparativo dos preços de referência para a aquisição, com o preço de referência sendo o mais baixo dos três orçamentos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme § 1° do art. 23 da Lei n° 8.666/93, o objeto deverá ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala (Súmula 247 do TCU).

9.2. O parcelamento da solução é a regra devendo a aquisição ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.3. O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrado, no momento, motivações para a não adoção do parcelamento do objeto em itens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico do HGuPV, pois contribuirá para o desenvolvimento de sua missão: "Executar as atividades inerentes a Função Logística de Saúde, em benefício dos militares e seus dependentes, das Organizações Militares sediadas na área de jurisdição da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, bem como da 12ª Região Militar e do Comando Militar da Amazônia, com foco na Segurança do Paciente e na Gestão Eficiente de Recursos". (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO HGuPV/2020)

11.2. Cabe destacar que o Objetivo Estratégico numero 03 é "Prover apoio logístico e estrutural para atender todas as necessidades do HGuPV".

11.3. A política pública vinculada à contratação é a de assistência à saúde a família militar na área de abrangência da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, que reside no estado de Rondônia, Acre e no município de Humaitá/AM.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Com a aquisição dos materiais, espera-se a continuidade da prestação dos serviços prestados aos usuários do HGuPV.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O contratado deve se responsabilizar em realizar a logística reversa necessária para todas as peças substituídas e que não podem ser reaproveitadas, para que não haja dano ao meio ambiente quanto ao descarte de produtos de forma indevida podendo assim ocasionar danos ambientais.

15. **Declaração de Viabilidade**

☒ Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

o Esta equipe de planejamento declara inviável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME

FABLICIO [redacted] BOFF - 2º Sgt
Chefe da Manutenção e Transporte

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

1. Conforme verificado no sistema SISCOFIS, a última aquisição de pneus para as viaturas contidas neste processo foi em 22/07/2015, conforme anexo.

2. Anexo **DIEx Nº 219-Fisc Adm/DA - Divisão Administrativa/Dir HGUPV** solicitando o recurso para estas aquisições, e também o **DIEx Nº 13-Subç Mnt/Seç Mat/CCOL** com a resposta positiva do crédito para aquisição do material. Incluído ainda as ordens de serviço do SisManut, solicitando a substituição dos pneus das 3 viaturas em questão, que gerou a disponibilização do crédito.

3. Por fim, relaciono em anexo cópia do livro de registro da viatura Corsa, com o lançamento da sua última troca de pneus datado no ano de 2018, bem como fotos com a data de fabricação dos pneus instalados nas demais viaturas.

FABLICIO [redacted] BOFF - 2º Sgt
Chefe da Manutenção e Transporte

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZONIA - 12 REGIAO MILITAR
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

FICHA GERAL DE ESTOQUE E MATERIAL DE CONSUMO

NOME DO MATERIAL: PNEU 175/65-R14 / -
COD MAT / PROPOSTA: [redacted]
DOCUMENTO ABERTURA: BADM Nr 017, de 11/05/2012
UNID MED / CONS: Unidade
ESTOQUE MIN.: Não informado
CONTA DE ESTOQUE INTERNO: 274 1156/01;
CONTA DE DISTRIBUIÇÃO: Não informado

Nº DA FICHA: 030/39 APLICAÇÃO: S
DIRETORIA: OM
USO DURADOURO: N
ESTOQUE MÁX.: Não informado
CONTA DE ESTOQUE DE DISTRIBUIÇÃO: Não informado
CONTROLE: Não informado

1. MOVIMENTAÇÃO

DATA MOV	COD. ORIG.	TIPO DOC	NR DOC	DATA DOC	TIPO MOVIMENTO	QTDE	VALOR UNIT	DEP. ORIGEM	DEP. DESTINO	CONTA ORIGEM	CONTA DESTINO	NR DE SERIE	NUMERO	ANO LOTE	NR DO LOTE
30/04/2012	22425				ENTRADA	2	135		061291/MNT TRANS DEPOSITO		11318010039				
07/05/2013	22425	NF	118	14/10/2073	SAÍDA	2	135	061291/MNT TRANS DEPOSITO	061291/MNT TRNP	11318010039					
28/08/2013	25891	BADM	32	30/08/2013	ENTRADA	5	135		061291/MNT TRANS DEPOSITO		11318010039				
01/01/2015	25891				TRANSFERÊNCIA	5	135	061291/MNT TRANS DEPOSITO	061291/MNT TRANS DEPOSITO	11318010039	11561010039				
22/07/2015	25891	BADM	026	24/07/2015	SAÍDA	5	135	061291/MNT TRANS DEPOSITO	061291/SEC MNT TRANSP	11561010039					

4. RESUMO DOS TOTAIS EXISTENTES

QUANTIDADE TOTAL EXISTENTE: 0 VALOR TOTAL DO MATERIAL EXISTENTE: 0,00000

JARDER [redacted] SILVA - Cap
Fiscal Administrativo

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DIEx Nº 219-Fisc Adm/DA - Divisão Administrativa/Dir HGUPV
EB: 64593.003634/2022-98

URGENTE

Porto Velho, 10 de maio de 2022.

Do Diretor do Hospital de Guarnição de Porto Velho
Ao Sr Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar
Assunto: aquisição de pneus automotivos - Consulta

1. Informo que esta Organização Militar de Saúde (OMS) possui **03 (três)** viaturas administrativas em carga e que as mesmas encontram-se com os seguintes *status* no Sistema Logístico de Manutenção (SisLogMnt), conforme quadro-abaixo:

MARCA/ MODELO DA VIATURA	ANO	TIPO DA VIATURA	STATUS DA VTR (no SisLogMnt)
Ford Fiesta Sedan (placa NCA 3733)	2013	Administrativa	**Indisponível** (Pneus vencidos)
Corsa Sedan 1.6 (placa NDX 9157)	2009	Administrativa	**Indisponível** (Pneus vencidos)
Spin (placa OXM 7524)	2014	Administrativa (viatura do Diretor)	**Disponível com restrição** (Pneus prestes a vencer)

2. Informo, ainda, que a indisponibilidade das viaturas administrativas supracitadas está impactando sobremaneira na rotina deste hospital, haja vista que as mesmas são imprescindíveis para o cumprimento das missões diárias, dentre as quais se destacam: transporte do Diretor, visitas hospitalares, transporte de reagentes, medicamentos e exames e outras atividades inerentes as atividades assistenciais.

3. Informo, ainda, que esta OMS possui vinculação com o 17º Batalhão Logístico de Selva (17º BLog Sl), para fins de ressuprimento de materiais Classe IX, contudo o referido Batalhão tem encontrado dificuldades no fornecimento de pneus para as Organizações Militares da guarnição de Porto Velho-RO.

4. Ante o exposto, solicito a possibilidade desse Grande Comando Administrativo (G Cmdo Adm) realizar gestões junto à Diretoria de Material (D Mat), para que a mesma autorize a aquisição direta de pneus por esta Organização Militar de Saúde, através de créditos disponíveis, na Natureza da Despesa (ND) 30.

11 26
4

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
REGIÃO MENDONÇA FURTADO

DIEx Nº 13-Subç Mnt/Seç Mat /CCOL
EB: 64321.011269/2022-95

URGENTE

Manaus, 11 de maio de 2022.

Do Chefe Centro de Coordenação de Operações Logísticas
Ao Sr Diretor do Hospital de Guarnição de Porto Velho
Assunto: aquisição de pneus automotivos - Consulta
Referência: DIEx nº 219-Fisc Adm/DA - Divisão Administrativa/Dir HGUPV, de 10 MAIO 22.

Em atenção ao documento referenciado, o qual trata da solicitação de autorização para aquisição direta de pneus, para atender as demandas de manutenção de viaturas desse Hospital, informo que, em caráter **excepcional**, este G Cmdo Ter **autoriza**, a aquisição do citados suprimentos, conforme especificado no documento referenciado.

Por fim, esta RM coloca à disposição para tratar do assunto vigente, o contato do Cel RENATO, Ch Seç Mat/CCOL 12ª RM, por meio do *e-mail*: (cel.renato@12rm.eb.mil.br) ou do Celu (92) 99319-9858, ou o Cap Veterano PTTC SILVEIRA, Ch SSec Mnt/CCOL 12ª RM, por meio do *e-mail*: (cap.silveira@12rm.eb.mil.br) ou Celu (92) 99250-0766.

Por ordem do Comandante da 12ª Região Militar.

MARCIO [redacted] RODRIGUES - Cel
Chefe Centro de Coordenação de Operações Logísticas

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
SOBERANIA E LIBERDADE"

__ SIAFI2022-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)

27/05/22 08:51 USUARIO: JARDER

DATA EMISSAO : 18Mai22 VALORIZACAO : 18Mai22 NUMERO : 2022NC402167

UG EMITENTE : 167504 - CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO - GESTOR

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 167351 / 00001 - H GU PV

OBSERVACAO

#DMAT#MOTO (PLJ DMAT)- AQS SUP E INSUMO P/ VTR N BLD. ATD OS Nº 4 E 5/2021 DE 30SET21 E OS Nº 6/2021 DE 04OUT21. EMPH ATÉ 30JUN22. APÓS PRZ RCS SERÁ RCLH. DESEMBOLSO A DEFINIR.

NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	VALOR
300063	2	171497	0151000000	339030		167505	D8SAFCTMVTA	11.803,92

LANCADO POR : 067[redacted]75 - WALISSON UG : 167504 18Mai22 13:52

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

(0051) PF2 NAO PODE SER UTILIZADA NESTA TELA

Fl. 28 /

Ministério da Defesa
Exército Brasileiro
Comando Logístico
Diretoria de Material

Ordem de Serviço

No OS: *1/2022 do(a) H Gu PORTO VELHO*
Viatura: *EB3471148496 - Chevrolet - Corsa Sedan*
Chassi: *9BGXM19P0AB129213* ***Ano Fabricação:*** *2009*
Data de Abertura: *28/03/2022*
Situação: *Aberta*
Pane ou Falha:
- desgastado, consumido, com desgaste
Data: *28/03/2022* ***Uso:*** *Normal*
Odômetro: *71770* ***Horim Motor:*** *0* ***Horim Torre:*** *0*
Descrição da Pane:
- Informo-vos que a viatura CORSA, placa NDX-9157, encontrasse em situação inapta para uso, devido aos desgastes excessivos dos Pneus, atentando contra a segurança dos passageiros e do próprio motorista e tendo em vista que o veiculo e proibido de circular quando a borracha da banda de rodagem atinge seu limite, segundo o Resolução n°558/80 do Contran (Conselho Nacional de Trânsito).
Serviço Previsto:
- TROCA DE 5 PNEUS INCLUINDO O STEP, MODELO 175/65 R 14, INCLUINDO 5 VÁLVULA DE AR,MONTAGEM,ALINHAMENTO,BALANCEANDO.
Serviço Executado:
-

Suprimento

Ord	*NSN/Nr Fab*	*Descrição*	*Qtd*	*Valor Unit*	*Valor*
1		PNEU 175/65 R14	5,000	430,15	2.150,75
2	VALOR DO SERVIÇO		-	-	1.800,00
				Valor Total da Ordem de Serviço	***3.950,75***

Data e Hora: 26/05/2022 08:26:21 hs.

1º Sgt VANDERLEI
Mecânico Responsável p/ Serviço

Encaminhada por:

Cap JARDER
S4 do(a) H Gu PORTO VELHO

Aprovada por:

1º Sgt MOURA
Integrante do COAL/DT do(a) Pq R Mnt / 12

Ministério da Defesa
Exército Brasileiro
Comando Logístico
Diretoria de Material

Ordem de Serviço

No OS:*16/2022 do(a) H Gu PORTO VELHO*
Viatura: *EB3471299683 - Chevrolet - SPIN*
Chassi: *9BGJC75Z0FB114623* ***Ano Fabricação:*** *2014*
Data de Abertura: *13/05/2022*
Situação: *Aberta*
Pane ou Falha:
- desgastado, consumido, com desgaste
Data: *09/05/2022* ***Uso:*** *Normal*
Odômetro: *29760* ***Horim Motor:*** *0* ***Horim Torre:*** *0*
Descrição da Pane:
- Os pneus já estão desgastados, sendo necessário a substituição para garantir a segurança do condutor e passageiros que são transportados diariamente na realização das demandas administrativas do hospital.
Serviço Previsto:
- Troca dos 05 (cinco) pneus (4 de rodagem e o estepe) com substituição das suas válvulas.
Incluso serviço de alinhamento e balanceamento de todas as rodas onde vai ocorrer a substituição.
Serviço Executado:
-

Suprimento

Ord	*NSN/Nr Fab*	*Descrição*	*Qtd*	*Valor Unit*	*Valor*
1		PNEU 195/65 R15	5,000	520,00	2.600,00
2		VÁLVULA MÉDIA EMBORRACHADA PNEUS S/ CÂMARA VEICULAR ARO 13/14/15	5,000	5,00	25,00
3	VALOR DO SERVIÇO		-	-	137,00
				Valor Total da Ordem de Serviço	***2.762,00***

Data e Hora: 26/05/2022 08:42:47 hs.

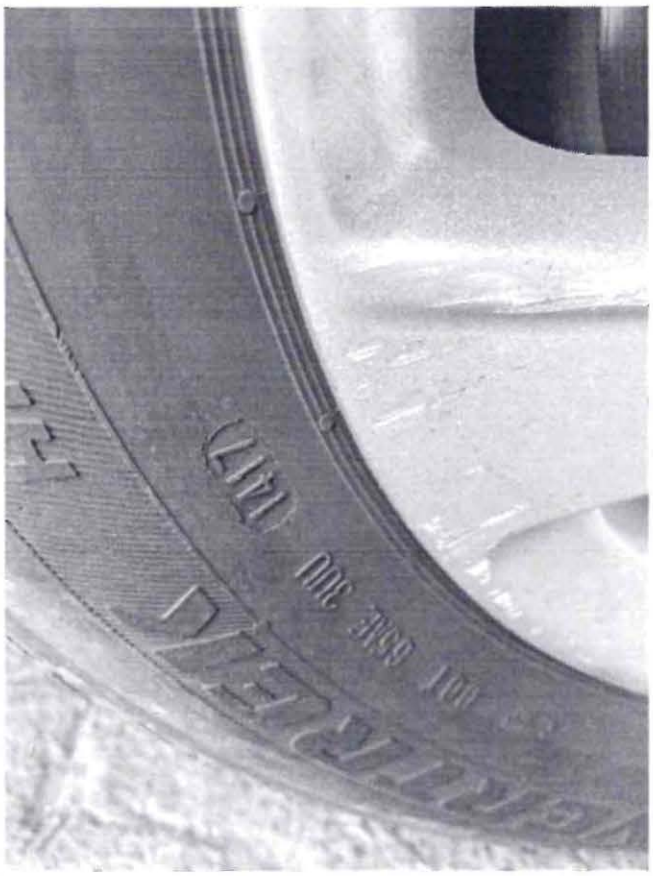
1º Sgt VANDERLEI
Mecânico Responsável p/ Serviço

Encaminhada por:
Ordem de Serviço não encaminhada!

Aprovada por:
Ordem de Serviço não aprovada!

IL 351
A





PEMAZA

Orçamento

Pedido 232206030218

361

Filial

Cidade	Endereço
PORTO VELHO - RO	AV.NACOES UNIDAS, 932 - MATO GROSSO

Telefone	Telefone 2	Telefone 3	Telefone 4	Telefone 5
(69) 32172880	99383-0000			

Cliente

Nome			
1 - CONSUMIDOR FINAL			
Endereço	**Bairro**	**Cidade**	**Telefone**
.	.	GUAJARA-MIRIM - RO	99999999
Atendente	**Condição de pagamento**		**Emissão**
BETANIA	C3011 - 30 D/N.F.		03/06/2022 às 10:41

Código		Descrição	Qtd.	Valor	Valor total
# 6U-1XKZ	GOODYEAR	PNEU 175/65R14 ASSURANCE MAXLIFE 86H	10	340,06	3.400,60
# 6U-NA	GOODYEAR	PNEU 195/65R15 EAGLE SPORT 91V	5	456,62	2.283,10
# 4B0-1Q54	BRAMAIS	VALVULA MEDIA EMBORRACHADA PNEU S/CAMARA VEICULAR ARO 13/14/15/6	15	5,28	79,20
				TOTAL DOS PRODUTOS	**5.762,90**
1135		ALINHAMENTO - - -	3,000	50,00	150,00
35		BALANCEAMENTO - - -	12,00	12,50	150,00
1435		SERVICO MONTAGEM PNEU AUTOMOVEL	12,00	5,00	60,00
				TOTAL DOS SERVIÇOS	**360,00**
				TOTAL GERAL	**6.122,90**

Atenção! Não tem efeito fiscal, exija a nota fiscal.

Orçamento válido até 05/06/2022.

[redacted]

Betania [redacted]

[redacted]

11 37
49

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Pesquisar Dispensa/Inexigibilidade

22/06/2022 12:49:12

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO

Nº da UASG: 160351

UASG: HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO

Nº da Compra: 12 / * Ano da Compra: 2022

Modalidade de Compra
- [ ] Dispensa de Licitação
- [ ] Inexigibilidade de Licitação

Situação da Compra
- [ ] Revogada
- [ ] Anulada

Período da Publicação ou Encerramento da Compra
Data Inicial | Data Final

Pesquisar | Limpar

UASG Origem	Modalidade de Compra	Característica	Nº da Compra	Objeto	Situação Atual da Compra	Data da Publicação/Divulgação ou Encerramento da Compra	Ação
160351	Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	Tradicional	00012/2022	Aquisição de Pneus para as Viaturas Administrativas.	Dispensa de Licitação Encerrada	08/06/2022 às 10:25	Visualizar

Um registro encontrado.

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

fl. 38
4

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Visualizar Dispensa

22/06/2022 12:49:18

Esta consulta reflete a compra tal como foi encerrada.

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO

Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	Inciso
Dispensa de Licitação	00012/2022	Lei nº 14.133	Art. 75º	II

Compra Com Disputa	Identificador Único	Participação Preferencial de ME/EPP
Não	2959	Sim

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Nº do Processo	Valor Total da Compra (R$)	Quant. Informada de Itens	Itens Incluídos	Itens Cancelados
64593004115202247	6.175,40	2	2	0

Objeto:
Aquisição de Pneus para as Viaturas Administrativas.

Fundamento Legal:
Art. 75º, Inciso II da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

Justificativa da Compra sem Licitação:
Atender as necessidades do Setor de Transporte do Hospital de Guarnição de Porto Velho.

Autoridade Competente

CPF do Responsável	Nome	Função
842[redacted]87	SERGIO [redacted] LOUREIRO	Ordenador de Despesas

Condições da Aquisição ou Contratação:

Origem do Anexo	Situação Atual da Compra	Data e Hora da Transferência	CPF do Usuário que Transferiu	Anexo
Dispensa	Encerrada	08/06/2022 às 10:22	063[redacted]03	Download

Informações Adicionais da Compra

Data/Hora do Encerramento	CPF do Responsável pelo Encerramento
08/06/2022 às 10:25	063[redacted]03

Itens | Nova Pesquisa de Compras

Ambiente: PRODUÇÃO

Itens da Dispensa

22/06/2022 12:49:25

Esta consulta reflete a compra tal como foi encerrada.

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO

Modalidade de Compra: Dispensa de Licitação

Nº da Compra: 00012/2022

Lei: Lei nº 14.133

Artigo: Art. 75º

Inciso: II

Compra Com Disputa: Não

Identificador Único: 2959

Participação Preferencial de ME/EPP: Sim

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Quant. Informada de Itens: 2

Itens Incluídos: 2

Itens Cancelados: 0

Filtro

Nº do Item

Descrição do Item

☐ Apenas Itens Cancelados

Pesquisar | Limpar

Nº do Item	Tipo de Item (*)	Item	Situação do Item na Compra	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Valor Total (R$)	Consistente?	Ação
1	M	236397 - Pneu veículo automotivo	-	10	Unidade	3.728,40	Sim	Visualizar
2	M	248158 - Pneu veículo automotivo	-	5	Unidade	2.447,00	Sim	Visualizar

2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

(*) M - Material **S** - Serviço

Nova Pesquisa de Compras

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12/2022
(Processo Administrativo n.°64593.004115/2022-47)

Torna-se público que oHospital de Guarnição de Porto Velho, por meio da Seção de Aquisição, Licitações e contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento*(menor preço)*, na hipótese do art. 75, *II*,nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 14 de junho de 2022.
Link: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br
Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00 horas (horário Brasília)

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. *A contratação será ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo.*

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO
1	Pneu 175/65 R14 com válvula e instalado Corsa e Fiesta (o fornecedor vencedor deverá retirar o pneu usado, instalar o novo com válvula nova, balancear os pneus e realizar o alinhamento do veículo)		Unidade	10	R$ 372,84	R$ 3.728,40
2	Pneu 195/65 R15 com válvula e instalado Spin (o fornecedor vencedor deverá retirar o pneu usado, instalar o novo com válvula nova, balancear os pneus e realizar o alinhamento do veículo)		Unidade	5	R$ 489,40	R$ 2.447,00
Total						R$ 6175,40

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço,* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2.O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do

40/v

Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. *sociedades cooperativas.*

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e

nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei n° 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. *Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço, conforme o caso).*

3.10.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

3.10.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente*

fl. 41 IV

enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.*

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R$ 0,01 (um centavo de real)*.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. *Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.*

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional , quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*

6.7.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.*

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para*

assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

fl. 43 nº

b) Multa de 01% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratarno âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

Porto Velho/RO, 30 de maio de 2022.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO – Cel
Ordenador de Despesas do HGuPV

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 **Habilitação jurídica:**

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* ***ou*** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 **Qualificação Econômico-Financeira:**

45
4

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Porto Velho/RO, 30 de maio de 2022.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO – Cel
Ordenador de Despesas do HGuPV

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO DE REFERÊNCIA

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO – UASG 160351
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 12/2022
(Processo Administrativo n.° 64593.004115/2022-47)

10. DO OBJETO

10.1. Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

10.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) homologação prorrogável na forma do art. 84, parágrafo único, da Lei n° 14.133/21.

11. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

11.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

12.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

13. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

13.1. A natureza do objeto a ser contratado enquadra-se na classificação para contratação que envolva valores inferiores a R$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil, vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras;definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da letra a), do inciso II, do art. 75, da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

14. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, em remessa *única/parcela*, no seguinte endereço **Hospital de Guarnição de Porto Velho**: Rua Rui Barbosa, 409, Bairro Centro, CEP 76.801-010 – Porto Velho/RO (Almoxarifado).

14.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01(um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.6. O fornecedor vencedor deverá retirar o pneu usado, instalar o novo com válvula nova, balancear os pneus e realizar o alinhamento do veículo.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta,

para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.5. efetuar o pagamento à Contratadano valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

16.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

16.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

16.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16.1.7. Emitir as Notas Fiscais conforme CNPJ indicado na Nota de Empenho e enviá-las para os e-mails: almoxarife@hgupv.eb.mil.br.

16.1.8. adotar práticas de sustentabilidade adequadas que o objeto contratual o exigir, devendo ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7o, XI, da Lei no 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;

16.2. **Todos os custos para o transportes da mercadoria até o local indicado ocorrerão por conta da empresa vencedora sem custos adicionais ao HGuPV.**

16.3. **Todos os custos para a** retirada do pneu usado, instalação do pneu novo com válvula nova, balanceamento dos pneus e o alinhamento do veículo **ocorrerão por conta da empresa vencedora sem custos adicionais ao HGuPV.**

16.4. **Todos os serviços necessários a substituição dos pneus deverão ser realizados no município de Porto Velho – RO.**

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. *Não será permitida a subcontratação*

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. Nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.1.1. O recebimento de material de valor superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

19.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada da Lei nº 14.133, de 2021.

20.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à

contratada a ampla defesa.

20.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1.Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

23. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

23.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

23.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

47 v

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

24.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

24.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

24.1.5. cometer fraude fiscal;

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

24.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

24.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias;

24.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

24.2.4. em caso de 'inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

24.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

24.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

24.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

24.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

24.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

24.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à

autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

25.1. *O custo estimado da contratação é de R$ 3.132,24 (três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos).*

Município de Porto Velho-RO, 8 de junho de 2022.

FABLICIO [redacted] BOFF – 2° Sgt
Chefe do Setor de Transportes do HGuPV

Fl. 491

Licitação

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Dispensa para Divulgação

14/06/2022 08:35:45

Esta Dispensa Eletrônica estará disponível no Compras.gov.br em Dispensa de Licitação e também no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão	UASG de Atuação
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO

Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	Inciso
Dispensa de Licitação	00014/2022	Lei nº 14.133	Art. 75º	II

Compra Com Disputa	Identificador Único	Participação Preferencial de ME/EPP
Sim	3150	Sim

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Objeto:

Aquisição de Pneus para as viaturas administrativas.

Quantidade de Itens	Valor Total da Compra (R$)
2	6.175,40

Divulgar Dispensa Eletrônica

Dispensa

fl. 50
4

Aviso de Contratação Direta nº 00014/2022

Aviso de Contratação

Última atualização 14/06/2022

Local: Porto Velho/RO **Órgão:** COMANDO DO EXÉRCITO **Unidade compradora:** 160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEM/RO

Modalidade da compra: Dispensa de Licitação **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Aviso de Contratação Direta **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 14/06/2022 **Data de início de recebimento de propostas:** 14/06/2022 09:35 (horário de Brasília) **Data fim de recebimento de propostas:** 20/06/2022 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00394452000103-1-000160/2022 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Aquisição de Pneus para as viaturas administrativas.

Informação complementar:

Atender as necessidades do Setor de Transporte do Hospital de Guarnição de Porto Velho

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 6.178,40

Itens | Arquivos | Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado ↕	Detalhar ↕
1	Pneu Veículo Automotivo	10	R$ 377,84	R$ 3.778,40	
2	Pneu Veículo Automotivo	5	R$ 488,40	R$ 2.447,00	

Exibir 1-2 de 2 itens Página

‹ Voltar

Termos de Uso | Política de Privacidade | Manual do Usuário

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2022
(Processo Administrativo n.°64593.004115/2022-47)

Torna-se público que o Hospital de Guarnição de Porto Velho, por meio da Seção de Aquisição, Licitações e contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento*(menor preço),* na hipótese do art. 75, ***II,*** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 20 de junho de 2022.
Link: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br
Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00 horas (horário Brasília)

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. *A contratação será ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo.*

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO
1	Pneu 175/65 R14 com válvula e instalado Corsa e Fiesta (o fornecedor vencedor deverá retirar o pneu usado, instalar o novo com válvula nova, balancear os pneus e realizar o alinhamento do veículo)	336397	Unidade	10	R$ 372,84	R$ 3.728,40
2	Pneu 195/65 R15 com válvula e instalado Spin (o fornecedor vencedor deverá retirar o pneu usado, instalar o novo com válvula nova, balancear os pneus e realizar o alinhamento do veículo)	248152	Unidade	5	R$ 489,40	R$ 2.447,00
Total						R$ 6175,40

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço,* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema

ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. *sociedades cooperativas.*

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. *Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço, conforme o caso).*

3.10.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

3.10.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.*

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R$ 0,01 (um centavo de real).*

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. *Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.*

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de

Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*

6.7.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.*

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.*

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 01% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

fl. 54 iv

c) Impedimento de licitar e contratarno âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2.as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1.republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2.valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de

Fl. 551

base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

Porto Velho/RO, 14 de junho de 2022.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO – Cel
Ordenador de Despesas do HGuPV

55

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 **Habilitação jurídica:**

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* ***ou*** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 **Qualificação Econômico-Financeira:**

11561
4

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Porto Velho/RO, 14 de junho de 2022.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO – Cel
Ordenador de Despesas do HGuPV

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO DE REFERÊNCIA

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO – UASG 160351
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2022
(Processo Administrativo n.° 64593.004115/2022-47)

10. DO OBJETO

10.1. Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

10.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) homologação prorrogável na forma do art. 84, parágrafo único, da Lei n° 14.133/21.

11. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

11.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

12.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

13. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

13.1. A natureza do objeto a ser contratado enquadra-se na classificação para contratação que envolva valores inferiores a R$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil, vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras;definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da letra a), do inciso II, do art. 75, da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

14. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, em remessa *única/parcela*, no seguinte endereço **Hospital de Guarnição de Porto Velho**: Rua Rui Barbosa, 409, Bairro Centro, CEP 76.801-010 – Porto Velho/RO (Almoxarifado).

14.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01(um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.6. O fornecedor vencedor deverá retirar o pneu usado, instalar o novo com válvula nova, balancear os pneus e realizar o alinhamento do veículo.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta,

para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.5. efetuar o pagamento à Contratadano valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

16.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

16.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

16.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16.1.7. Emitir as Notas Fiscais conforme CNPJ indicado na Nota de Empenho e enviá-las para os e-mails: almoxarife@hgupv.eb.mil.br.

16.1.8. adotar práticas de sustentabilidade adequadas que o objeto contratual o exigir, devendo ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7o, XI, da Lei no 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;

16.2. **Todos os custos para o transportes da mercadoria até o local indicado ocorrerão por conta da empresa vencedora sem custos adicionais ao HGuPV.**

16.3. **Todos os custos para a** retirada do pneu usado, instalação do pneu novo com válvula nova, balanceamento dos pneus e o alinhamento do veículo **ocorrerão por conta da empresa vencedora sem custos adicionais ao HGuPV.**

16.4. **Todos os serviços necessários a substituição dos pneus deverão ser realizados no município de Porto Velho – RO.**

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. *Não será permitida a subcontratação*

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. Nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.1.1. O recebimento de material de valor superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

19.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada da Lei nº 14.133, de 2021.

20.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à

contratada a ampla defesa.

20.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1.Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

23. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

23.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

23.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1158/4

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

24.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

24.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

24.1.5. cometer fraude fiscal;

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

24.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

24.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias;

24.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

24.2.4. em caso de 'inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

24.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

24.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

24.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

24.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

24.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

24.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à

autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

25.1. *O custo estimado da contratação é de R$ 6.175,40 (seis mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta centavos).*

Município de Porto Velho-RO, 14 de junho de 2022.

FABLICIO [redacted] BOFF – 2° Sgt
Chefe do Setor de Transportes do HGuPV

Dispensa eletrônica 14/2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar da Amazônia
12º Região Militar
Hospital de Guarnição de Porto Velho

Período para entrega de proposta: 14/06/2022 09:35:17 até 20/06/2022 08:59:59
Período para envio de lances: 20/06/2022 09:00:00 até 20/06/2022 15:00:00
Emergencial: Não
Participação preferencial ME/EPP: Sim
Objeto: Aquisição de Pneus para as viaturas administrativas.

Item 1 - Pneu Veículo Automotivo

Pneu Veículo Automotivo Características Adicionais: Sem Câmara, 175/65 Aro 14 , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade

Unidade de fornecimento:	Unidade
Quantidade:	10
Valor estimado:	R$ 372,8400
Situação:	Fracassado e Homologado

Propostas do item 1

26.[redacted]80 - CONTINENTAL [redacted] — Porte MeEpp/Equiparadas: Sim
Valor proposta: R$ 370,0000 — Declaração ME/EPP: Sim
Descrição detalhada: compativel
Marca/Fabricante: compativel
Modelo/versão: compativel
Situação: Proposta desclassificada

30.[redacted]35 - SERGIO [redacted] LTDA — Porte MeEpp/Equiparadas: Sim
Valor proposta: R$ 373,8400 — Declaração ME/EPP: Sim
Descrição detalhada: Pneu Veículo Automotivo Características Adicionais: Sem Câmara, 175/65 Aro 14 , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade

Marca/Fabricante: ref
Modelo/versão: 2022
Situação: Proposta desclassificada

Lances do item 1

Nenhum lance foi registrado para o item 1.

Mensagens do chat do item 1

Enviado pelo sistema: 20/06/2022 15:00:02
O item 1 está encerrado.

Enviado pelo sistema para o participante 26.[redacted]80: 21/06/2022 08:35:13
Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação que não estejam presentes no SICAF.

Enviado pelo sistema para o participante 26.[redacted]80: 21/06/2022 08:35:32
solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório.

Enviado pelo sistema para o participante 26.[redacted]80: 21/06/2022 08:36:12
Os documentos de habilitação a serem enviados estão previstos no item 6 do Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexo I.

Enviado pelo sistema para o participante 26.[redacted]80: 21/06/2022 08:38:25
Sr. Fornecedor CONTINENTAL [redacted]LTDA, CNPJ 26.[redacted] 80, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:10:00 do dia 21/06/2022. Justificativa: Solicito o envio de toda documentação de habilitação que não conste no SICAF e a proposta atualizada conforme valor ofertado pela vossa empresa em um prazo de até 02 (duas) horas..

Enviado pelo sistema para o participante 26.[redacted]80: 21/06/2022 08:53:02
Senhor fornecedor, solicito ainda alguma documentação em anexo que conste onde os pneus serão instalados.

Enviado pelo sistema para o participante 26.[redacted]80: 21/06/2022 11:10:00
O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:10:00 de 21/06/2022. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor CONTINENTAL [redacted] LTDA, CNPJ 26.[redacted]80.

Enviado pelo sistema para o participante 30.[redacted]35: 21/06/2022 11:13:59
Senhor fornecedor, bom dia

Enviado pelo sistema para o participante 30.[redacted]35: 21/06/2022 11:17:47
Gostaria de verificar se esta ciente de que o material deverá ser entregue instalado e que deverá ser no munícipio de Porto Velho/RO, conforme previsto no item 16.3 e 16.4 do Termo de Referência
.

Enviado pelo sistema para o participante 30.[redacted]35: 21/06/2022 11:18:23
E onde será efetuado o serviço

Enviado pelo sistema para o participante 30.[redacted]-35: 21/06/2022 14:13:21
Boa tarde senhor fornecedor!

Enviado pelo sistema para o participante 30.[redacted]5: 21/06/2022 14:13:30
Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação que não estejam presentes no SICAF.

Enviado pelo sistema para o participante 30.[redacted]-35: 21/06/2022 14:14:10
Sr. Fornecedor SERGIO [redacted] LTDA, CNPJ 30.[redacted]-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:20:00 do dia 21/06/2022. Justificativa: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório..

Enviado pelo sistema para o participante 30.[redacted]-35: 21/06/2022 14:15:03
Informo que o prazo do envio da documentação de habilitação e proposta atualizada será de até 02 (duas) horas.

Enviado pelo sistema para o participante 30.[redacted]35: 21/06/2022 16:20:00
O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:20:00 de 21/06/2022. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor SERGIO[redacted] LTDA, CNPJ 30[redacted]35.

Eventos do item 1

Encerramento etapa - Item com etapa aberta encerrada.	20/06/2022 15:00:02
Encerramento lances - Item encerrado para lances.	20/06/2022 15:00:02
Convocação anexo - Fornecedor CONTINENTAL [redacted] LTDA, CNPJ 26[redacted]80 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 21/06/2022 11:10:00. Motivo: Solicito o envio de toda documentação de habilitação que não conste no SICAF e a proposta atualizada conforme valor ofertado pela vossa empresa em um prazo de até 02 (duas) horas..	21/06/2022 08:38:25
Desclassificação - Fornecedor CONTINENTAL [redacted] LTDA, CNPJ 26.[redacted]80 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 370,0000. Motivo: Tendo em vista o prazo de envio da documentação e da proposta atualizada não ter sido atendida no prazo estipulado de 02 (duas) horas, a empresa será desclassificada..	21/06/2022 14:13:03
Convocação anexo - Fornecedor SERGIO [redacted] LTDA, CNPJ 30.[redacted]35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 21/06/2022 16:20:00. Motivo: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório..	21/06/2022 14:14:10
Desclassificação - Fornecedor SERGIO [redacted] LTDA, CNPJ 30.996.156/0001-35 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 373,8400. Motivo: Tendo em vista o prazo de envio da documentação e da proposta atualizada não ter sido atendida no prazo estipulado de 02 (duas) horas, a empresa será desclassificada..	22/06/2022 09:58:18
Fracassado - Item fracassado no julgamento/habilitação.	22/06/2022 09:58:18
Homologação - Item homologado.	22/06/2022 15:23:13

Item 2 - Pneu Veículo Automotivo

Pneu Veículo Automotivo Dimensões: 195/65 R15 , Tipo: Sem Câmara , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade

Unidade de fornecimento:	Unidade
Quantidade:	5
Valor estimado:	R$ 489,4000
Situação:	Fracassado e Homologado

Propostas do item 2

26.[redacted]80 - CONTINENTAL [redacted] Porte MeEpp/Equiparadas: Sim
Valor proposta: R$ 480,0000 Declaração ME/EPP: Sim
Descrição detalhada: compativel
Marca/Fabricante: compativel
Modelo/versão: compativel
Situação: Proposta desclassificada

30.[redacted]-35 - SERGIO [redacted] LTDA Porte MeEpp/Equiparadas: Sim
Valor proposta: R$ 490,0000 Declaração ME/EPP: Sim
Descrição detalhada: Pneu Veículo Automotivo Dimensões: 195/65 R15 , Tipo: Sem Câmara , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade
Marca/Fabricante: ref
Modelo/versão: 2022
Situação: Proposta desclassificada

Lances do item 2

Nenhum lance foi registrado para o item 2.

Mensagens do chat do item 2

Enviado pelo sistema: 20/06/2022 15:00:01
O item 2 está encerrado.

Eventos do item 2

Encerramento etapa - Item com etapa aberta encerrada. 20/06/2022 15:00:01

Encerramento lances - Item encerrado para lances. 20/06/2022 15:00:01

Desclassificação - Fornecedor CONTINENTAL [redacted] LTDA, CNPJ 26.[redacted]-80 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 480,0000. Motivo: Tendo em vista o prazo de envio da documentação 22/06/2022 09:59:03

Fl. 621

Eventos do item 2

e da proposta atualizada não ter sido atendida no prazo estipulado de 02 (duas) horas, a empresa será desclassificada..	
Desclassificação - Fornecedor SERGIO [redacted] LTDA, CNPJ 30[redacted]35 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 490,0000. Motivo: Tendo em vista o prazo de envio da documentação e da proposta atualizada não ter sido atendida no prazo estipulado de 02 (duas) horas, a empresa será desclassificada..	22/06/2022 09:59:10
Fracassado - Item fracassado no julgamento/habilitação.	22/06/2022 09:59:10
Homologação - Item homologado.	22/06/2022 15:23:46

Mensagens do chat da dispensa 14/2022

Enviado pelo sistema: 20/06/2022 09:00:15

A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 15:00. Mantenham-se conectados.

Enviado pelo sistema: 21/06/2022 08:26:16

A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Enviado pelo sistema: 21/06/2022 08:27:38

Senhores Fornecedores, bom dia, agradeço a todos a participação na dispensa eletrônica n 14/2022. Visando dar transparência ao processo. solicitarei o envio de anexos dos documentos exigidos para aceitação da proposta e habilitação de fornecedor.

Eventos da dispensa 14/2022

Abertura da sessão pública - Abertura da sessão pública	20/06/2022 09:00:15
Início julgamento de propostas - Início da etapa de julgamento de propostas	21/06/2022 08:26:16

Fl. 631
4

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2022
(Processo Administrativo n.° **64593.004115/2022-47**)

DESPACHO

Tendo em vista a participação nas IRPs n° 13/2021, da UASG 160350 – 17ª BASE LOGÍSTICA e n° 07/2022, da UASG 160069 – CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO, não terem se tornado pregões e a Dispensa Eletrônica n° 14/2022 desta UASG ter sido fracassada no julgamento da proposta, por motivo dos dois fornecedores participantes não terem enviado as documentações solicitadas no prazo de 02 (duas) horas.

Será realizada uma nova publicação de Dispensa para aquisição de Pneus para as Viaturas Administrativas, sem modo de disputa visando a necessidade do referido material e os dois fornecedores anteriores não serem locais, a contratação possui amparo no Inciso II, do Art. 75, da Lei n° 14.133/2021, alterado pelo Decreto n° 10.922 de 30 de dezembro de 2021.

Porto Velho, 22 de junho de 2022.

ERNANI [redacted] ALMEIDA – Cap
Encarregado da SALC do HGuPV

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 18/2022
(Processo Administrativo n.°64593.004115/2022-47)

Torna-se público que o Hospital de Guarnição de Porto Velho, por meio da Seção de Aquisição, Licitações e contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento*(menor preço),* na hipótese do art. 75, ***II,*** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 22 de junho de 2022.
Link: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br
Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00 horas (horário Brasília)

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. *A contratação será ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo.*

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO
1	Pneu 175/65 R14 com válvula e instalado Corsa e Fiesta (o fornecedor vencedor deverá retirar o pneu usado, instalar o novo com válvula nova, balancear os pneus e realizar o alinhamento do veículo)	236397	Unidade	10	R$ 372,84	R$ 3.728,40
2	Pneu 195/65 R15 com válvula e instalado Spin (o fornecedor vencedor deverá retirar o pneu usado, instalar o novo com válvula nova, balancear os pneus e realizar o alinhamento do veículo)	248158	Unidade	5	R$ 489,40	R$ 2.447,00
Total						R$ 6175,40

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço,* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema

ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. *sociedades cooperativas.*

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. *Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço, conforme o caso).*

3.10.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

3.10.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.*

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R$ 0,01 (um centavo de real).*

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. *Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.*

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de

Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*

6.7.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.*

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.*

FL 671

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta,quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 01% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratarno âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2.as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1.republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2.valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de

681

base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

Porto Velho/RO, 22 de junho de 2022.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO – Cel
Ordenador de Despesas do HGuPV

68/v

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 **Habilitação jurídica:**

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* ***ou*** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 **Qualificação Econômico-Financeira:**

FL 69
4

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Porto Velho/RO, 22 de junho de 2022.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO – Cel
Ordenador de Despesas do HGuPV

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO DE REFERÊNCIA

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO – UASG 160351
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 18/2022
(Processo Administrativo n.° 64593.004115/2022-47)

10. DO OBJETO

10.1. Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

10.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) homologação prorrogável na forma do art. 84, parágrafo único, da Lei n° 14.133/21.

11. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

11.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

12.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

13. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

13.1. A natureza do objeto a ser contratado enquadra-se na classificação para contratação que envolva valores inferiores a R$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil, vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras;definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da letra a), do inciso II, do art. 75, da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

14. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, em remessa *única/parcela*, no seguinte endereço **Hospital de Guarnição de Porto Velho**: Rua Rui Barbosa, 409, Bairro Centro, CEP 76.801-010 – Porto Velho/RO (Almoxarifado).

14.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01(um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.6. O fornecedor vencedor deverá retirar o pneu usado, instalar o novo com válvula nova, balancear os pneus e realizar o alinhamento do veículo.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta,

para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.5. efetuar o pagamento à Contratadano valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

16.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

16.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

16.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16.1.7. Emitir as Notas Fiscais conforme CNPJ indicado na Nota de Empenho e enviá-las para os e-mails: almoxarife@hgupv.eb.mil.br.

16.1.8. adotar práticas de sustentabilidade adequadas que o objeto contratual o exigir, devendo ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7o, XI, da Lei no 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;

16.2. **Todos os custos para o transportes da mercadoria até o local indicado ocorrerão por conta da empresa vencedora sem custos adicionais ao HGuPV.**

16.3. **Todos os custos para a** retirada do pneu usado, instalação do pneu novo com válvula nova, balanceamento dos pneus e o alinhamento do veículo **ocorrerão por conta da empresa vencedora sem custos adicionais ao HGuPV.**

16.4. **Todos os serviços necessários a substituição dos pneus deverão ser realizados no município de Porto Velho – RO.**

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. *Não será permitida a subcontratação*

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. Nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.1.1. O recebimento de material de valor superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

19.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada da Lei nº 14.133, de 2021.

20.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à

contratada a ampla defesa.

20.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1.Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

23. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

23.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

23.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

24.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

24.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

24.1.5. cometer fraude fiscal;

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

24.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

24.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias;

24.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

24.2.4. em caso de 'inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

24.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

24.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

24.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

24.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

24.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

24.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à

Fl. 72

autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

25.1. *O custo estimado da contratação é de R$ 6.175,40 (seis mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta centavos).*

Município de Porto Velho-RO, 22 de junho de 2022.

FABLICIO [redacted] BOFF – 2° Sgt
Chefe do Setor de Transportes do HGuPV

FL 73
4

Licitação

Ambiente: PRODUÇÃO | **Encerrar Dispensa** | 22/06/2022 12:54:20

A Dispensa de Licitação foi encerrada.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão	UASG de Atuação
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO

Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	inciso
Dispensa de Licitação	00018/2022	Lei nº 14.133	Art. 75º	II

Compra Com Disputa	Identificador Único	Participação Preferencial de ME/EPP
Não	3467	Sim

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Objeto:

Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas.

Quantidade de Itens	Valor Total da Compra (R$)
2	6.175,40

Encerrar Compra

Dispensa

Fl. 74
4

Ato de Contratação Direta nº 00018/2022

Acompanhar Contratação

Última atualização 22/06/2022

Local: Porto Velho/RO **Órgão:** COMANDO DO EXÉRCITO **Unidade compradora:** 160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEM/RO

Modalidade da compra: Dispensa de Licitação **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Ato de Contratação Direta **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 22/06/2022

Id contratação PNCP: 00394452000103-1-000467/2022 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas.

Informação complementar:

Atender as necessidades do Setor de Transportes do Hospital de Guarnição de Porto Velho.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 6.175,40	R$ 6.175,40

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Pneu Veiculo Automotivo	10	R$ 372,84	R$ 3.728,40	
2	Pneu Veiculo Automotivo	5	R$ 489,40	R$ 2.447,00	

Exibir 1-2 de 2 itens Página

Voltar

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

75
4

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/09/2021 | Edição: 181 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Presidência da República/Advocacia-Geral da União

ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 69, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021(*)

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I, X, XI, XIII, e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 63054.001894/2021-82, resolve expedir a presente Orientação Normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

NÃO É OBRIGATÓRIA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS DE PEQUENO VALOR COM FUNDAMENTO NO ART. 75, I OU II, E § 3º DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, SALVO SE HOUVER CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E ESTE NÃO FOR PADRONIZADO PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO, OU NAS HIPÓTESES EM QUE O ADMINISTRADOR TENHA SUSCITADO DÚVIDA A RESPEITO DA LEGALIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. APLICA-SE O MESMO ENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS FUNDADAS NO ART. 74, DA LEI Nº 14.133, DE 2021, DESDE QUE SEUS VALORES NÃO ULTRAPASSEM OS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOS I E II DO ART. 75, DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

Referência: art. 5º, art. 53, §§ 3º, 4º e 5º, art. 72, inciso III, e art. 95, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Parecer nº 00009/2021/CNLCA/CGU/AGU; Despacho nº 475/2021/DECOR/CGU/AGU, Despacho nº 598/2021/GAB/CGU/AGU.

BRUNO [redacted] LEAL

Republicada por ter saído no DOU Nº 175, de 15/09/2021, Seção 1, pág. 2, com incorreção relativamente ao original.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Fl 76

Data e hora da consulta: 22/06/2022 15:35
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167351	HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.[redacted]02	RUA RUI BARBOSA, NR 409 - CENTRO	76801-010

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	(69) 3218-4801(DIR)/3218-4805(RP)/ 3218-4809

Ano	Tipo	Número
2022	NE	449

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	171497	0151000000	339030	167505	D8SAFCTMVTA

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
22/06/2022	Ordinário	64593004115202247	0,0000	6.175,40

Favorecido

Código	Nome
05.[redacted]60	PEMAZA [redacted] LTD

Endereço	CEP
NACOES UNIDAS 932 MATO GROSSO	76804-420

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição
AQS DE PEÇAS P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS - 2022NC402167-CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO, DE 18MAI2022 - DIEX NR 21-SET DE TRANSP, DE 26MAI2022 -DISP DE LIC NR 18/2022 .

Local da Entrega
R. RUI BARBOSA, 409- CENTRO, PORTO VELHO-RO - 76801-010

Informação Complementar
160351060001820 22 - UASG Minuta: 160351

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	22/06/2022 15:16:29	Alteração

Data e hora da consulta: 22/06/2022 15:35
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	6.175,40

Subelemento 39 - MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAMEAÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOSMISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, 175/65 ARO 14	3.728,40

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
22/06/2022	Inclusão	10,00000	372,8400	3.728,40

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 00002 - PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAMEAÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOSMISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL, DIMENSÕES195/65 R15, TIPO SEM CÂMARA	2.447,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
22/06/2022	Inclusão	5,00000	489,4000	2.447,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SÉRGIO [redacted] LOUREIRO
***.451.907-**
22/06/2022 15:16:29

Responsável pela Nota de Empenho
ERNANI [redacted] ALMEIDA
***.692.176-**
22/06/2022 14:52:49

Versão	Data/Hora	Operação
002	22/06/2022 15:16:29	Alteração

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 24/06/2022 10:20
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167351	HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.[redacted]02	RUA RUI BARBOSA, NR 409 - CENTRO	76801-010

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	(69) 3218-4801(DIR)/3218-4805(RP)/ 3218-4809

Ano	Tipo	Número
2022	NE	449

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	171497	0151000000	339030	167505	D8SAFCTMVTA

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
22/06/2022	Ordinário	64593004115202247	0,0000	0,00

Favorecido

Código	Nome
05.[redacted]-60	PEMAZA[redacted]LTD

Endereço	CEP
NACOES UNIDAS 932 MATO GROSSO	76804-420

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição
AQS DE PEÇAS P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS - 2022NC402167-CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO, DE 18MAI2022 - DIEX NR 21-SET DE TRANSP, DE 26MAI2022 -DISP DE LIC NR 18/2022 .

Local da Entrega
R. RUI BARBOSA, 409- CENTRO, PORTO VELHO-RO - 76801-010

Informação Complementar
16035106000182022 - UASG Minuta: 160351

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
005	24/06/2022 10:06:33	Alteração

Data e hora da consulta: 24/06/2022 10:20
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	0,00

Subelemento 39 - MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAMEAÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOSMISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, 175/65 ARO 14	0,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
22/06/2022	Inclusão	10,00000	372,8400	3.728,40
24/06/2022	Anulação	10,00000	372,8400	3.728,40

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 00002 - PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAMEAÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOSMISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL, DIMENSÕES195/65 R15, TIPO SEM CÂMARA	0,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
22/06/2022	Inclusão	5,00000	489,4000	2.447,00
24/06/2022	Anulação	5,00000	489,4000	2.447,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SÉRGIO [redacted] LOUREIRO
***.451.907-**
24/06/2022 10:06:33

Responsável pela Nota de Empenho
ERNANI [redacted] ALMEIDA
***.692.176-**
24/06/2022 09:45:52

Versão	Data/Hora	Operação
005	24/06/2022 10:06:33	Alteração

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 19/2022
(Processo Administrativo n.°64593.004115/2022-47)

Torna-se público que o Hospital de Guarnição de Porto Velho, por meio da Seção de Aquisição, Licitações e contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento*(menor preço)*, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 29 de junho de 2022.
Link: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br
Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00 horas (horário Brasília)

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. *A contratação será ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo.*

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO
1	Pneu 175/65R14 para as viaturas corsa e fiesta Ref.: igual ou superior Goodyear Assurance Maxlife 86h	236397	Unidade	10	R$ 340,06	R$ 3.400,60
2	Pneu 195/65R15 para a viatura spin Ref.: igual ou superior Goodyear Eagle Sport 91V	248158	Unidade	5	R$ 456,62	R$ 2.283,10
3	Válvula média emborrachada pneu s/ camara veicular aro 13/14/15/16		Unidade	15	R$ 5,28	R$ 79,20
Total						R$ 5.762,90

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço,* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. *sociedades cooperativas.*

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. *Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço, conforme o caso).*

3.10.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

3.10.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.*

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R$ 0,01 (um centavo de real).*

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. *Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.*

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus

anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve

fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*

6.7.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.*

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.*

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou

instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta,quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 01% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratarno âmbito da Administração Pública direta e indireta

do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que

FL 82

possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

Porto Velho/RO, 24 de junho de 2022.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO – Cel
Ordenador de Despesas do HGuPV

82 / x

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 **Habilitação jurídica:**

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* ***ou*** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 **Qualificação Econômico-Financeira:**

831

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Porto Velho/RO, 24 de junho de 2022.

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO – Cel
Ordenador de Despesas do HGuPV

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO DE REFERÊNCIA

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO – UASG 160351
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 19/2022
(Processo Administrativo n.° 64593.004115/2022-47)

10. DO OBJETO

10.1. Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

10.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) homologação prorrogável na forma do art. 84, parágrafo único, da Lei n° 14.133/21.

11. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

11.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

12.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

13. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

13.1. A natureza do objeto a ser contratado enquadra-se na classificação para contratação que envolva valores inferiores a R$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil, vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras;definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da letra a), do inciso II, do art. 75, da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

14. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1. O prazo de entrega dos bens é de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, em remessa *única/parcela*, no seguinte endereço **Hospital de Guarnição de Porto Velho**: Rua Rui Barbosa, 409, Bairro Centro, CEP 76.801-010 – Porto Velho/RO (Almoxarifado).

14.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01(um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.6. O fornecedor vencedor deverá retirar o pneu usado, instalar o novo com válvula nova, balancear os pneus e realizar o alinhamento do veículo.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.5. efetuar o pagamento à Contratadano valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

16.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

16.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

16.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16.1.7. Emitir as Notas Fiscais conforme CNPJ indicado na Nota de Empenho e enviá-las para os e-mails: almoxarife@hgupv.eb.mil.br.

16.1.8. adotar práticas de sustentabilidade adequadas que o objeto contratual o exigir, devendo ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7o, XI, da Lei no 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;

16.2. **Todos os custos para o transportes da mercadoria até o local indicado ocorrerão por conta da empresa vencedora sem custos adicionais ao HGuPV.**

16.3. **Todos os serviços necessários a substituição dos pneus deverão ser realizados no município de Porto Velho – RO.**

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. *Não será permitida a subcontratação*

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

19.1. Nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.1.1. O recebimento de material de valor superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

19.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada da Lei nº 14.133, de 2021.

20.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1.Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

23. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

23.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

23.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

24.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

24.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

24.1.5. cometer fraude fiscal;

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

24.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

24.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias;

24.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

24.2.4. em caso de 'inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

24.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

24.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

24.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

24.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

24.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

24.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos

Fl. 86 IV

administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

25.1. *O custo estimado da contratação é de R$ 5.762,90 (cinco mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos).*

Município de Porto Velho-RO, 24 de junho de 2022.

FABLICIO [redacted]BOFF – 2° Sgt
Chefe do Setor de Transportes do HGuPV

Fl. 87
Rubrica

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Dispensa para Divulgação

24/06/2022 09:48:09

Esta Dispensa Eletrônica estará disponível no Compras.gov.br em Dispensa de Licitação e também no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão	UASG de Atuação
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEX/RO

Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	Inciso
Dispensa de Licitação	00019/2022	Lei nº 14.133	Art. 75º	II

Compra Com Disputa	Identificador Único	Participação Preferencial de ME/EPP
Sim	3622	Sim

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Objeto:

Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas.

Quantidade de Itens	Valor Total da Compra (R$)
3	5.762,90

Divulgar Dispensa Eletrônica

Dispensa

Solução SERPRO

FL 89

Aviso de Contratação Direta nº 00019/2022

Acessar Contratação

Última atualização 24/06/2022

Local: Porto Velho/RO **Órgão:** COMANDO DO EXERCITO **Unidade compradora:** 160351 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO-MEXVRO

Modalidade da compra: Dispensa de Licitação **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Aviso de Contratação Direta **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 24/06/2022 **Data de início de recebimento de propostas:** 24/06/2022 10:48 (horário de Brasília) **Data fim de recebimento de propostas:** 29/06/2022 08:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00394452000103-1-003622/2022 **Fonte:** Comprasgovbr

Objeto:

Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas.

Informação complementar:

Atender as necessidades da Seção de Transportes do Hospital de Guarnição de Porto Velho.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 5.762,80

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Pneu Veículo Automotivo	10	R$ 340,06	R$ 3.400,60	
2	Pneu Veículo Automotivo	5	R$ 456,62	R$ 2.283,10	
3	Protetor Câmara De Ar	15	R$ 5,28	R$ 79,20	

Exibir: 1-3 de 3 itens Página

‹ Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) reúne, em sítio eletrônico oficial único, informações e documentos referentes a licitações e contratos de todos os entes federativos.

Regulamentado pelo Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021, o PNCP é responsável pela divulgação obrigatória do Plano Anual de Contratações e do Aviso de Contratação Direta, pela realização de pesquisa de preços e pela formalização de contratos.

O PNCP é mantido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Gestão Corporativa do Ministério da Economia, e pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, com a participação de todos os entes federativos.

A responsabilidade pela veracidade e autenticidade das informações e dos documentos inseridos no PNCP pertence ao órgão ou à entidade responsável pela contratação, nos termos do art. 8º, § 4º, do Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

Hospital de Guarnição de Porto Velho

(69) 3216-6131

ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Fl. 89

RA&FEL SOLUÇÕES

CNPJ: 41.497.853/0001-68

CARTA PROPOSTA

UASG: **160351**

DISPENSA ELETRÔNICA: **19/2022**

Prezados Senhores,

Eis nossa proposta com valores unitário e total atualizados e com apenas duas casas decimais. Ressaltamos que a validade de nossa proposta é de 30 (trinta) dias corridos e o prazo para entrega é de 10 dias a partir da posse da NOTA DE EMPENHO.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO /FABRICANTE	UND	QTD	P. UNT	P. TOTAL
1	PNEU 175/65R14 PARA AS VIATURAS CORSA E FIESTA	WATERFALL	UND	10	340,00	3.400,00

O pagamento deverá ser efetuado no Banco: [redacted] conta jurídica desta empresa.

Declaro que os valores apresentados englobam todas as despesas com custos, seguros, fretes, transporte tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, por ventura, com serviços de terceiros, devido no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, que incidam direta ou indiretamente no valor do serviço ou material cotado que venham onerar o objeto desta aquisição.

Porto Velho, 30/06/2022

[redacted]

REPRESENTANTE LEGAL

Fl. 90

RA&FEL SOLUÇÕES

CNPJ: 41.497.853/0001-68

CARTA PROPOSTA

UASG: **160351**

DISPENSA ELETRÔNICA: **19/2022**

Prezados Senhores,

Eis nossa proposta com valores unitário e total atualizados e com apenas duas casas decimais. Ressaltamos que a validade de nossa proposta é de 30 (trinta) dias corridos e o prazo para entrega é de 10 dias a partir da posse da NOTA DE EMPENHO.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO /FABRICANTE	UND	QTD	P. UNT	P. TOTAL
2	PNEU 195/65R15 PARA A VIATURA SPIN	TRIANGLE	UND	5	456,00	2.280,00

O pagamento deverá ser efetuado no Banco: [redacted] conta jurídica desta empresa.

Declaro que os valores apresentados englobam todas as despesas com custos, seguros, fretes, transporte tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, por ventura, com serviços de terceiros, devido no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, que incidam direta ou indiretamente no valor do serviço ou material cotado que venham onerar o objeto desta aquisição.

Porto Velho, 30/06/2022

[redacted]

REPRESENTANTE LEGAL

Fl. 91
Rubrica

RA&FEL SOLUÇÕES

CNPJ: 41.497.853/0001-68

CARTA PROPOSTA

UASG: **160351**

DISPENSA ELETRÔNICA: **19/2022**

Prezados Senhores,

Eis nossa proposta com valores unitário e total atualizados e com apenas duas casas decimais. Ressaltamos que a validade de nossa proposta é de 30 (trinta) dias corridos e o prazo para entrega é de 10 dias a partir da posse da NOTA DE EMPENHO.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO /FABRICANTE	UND	QTD	P. UNT	P. TOTAL
3	VÁLVULA MÉDIA EMBORRACHADA PNEU S/ CAMARA VEICULAR ARO 13/14/15/16	JEDAL	UND	15	5,28	79,20

O pagamento deverá ser efetuado no Banco: [redacted] conta jurídica desta empresa.

Declaro que os valores apresentados englobam todas as despesas com custos, seguros, fretes, transporte, tributos, impostos, taxas, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, por ventura, com serviços de terceiros, devido no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, que incidam direta ou indiretamente no valor do serviço ou material cotado que venham onerar o objeto desta aquisição.

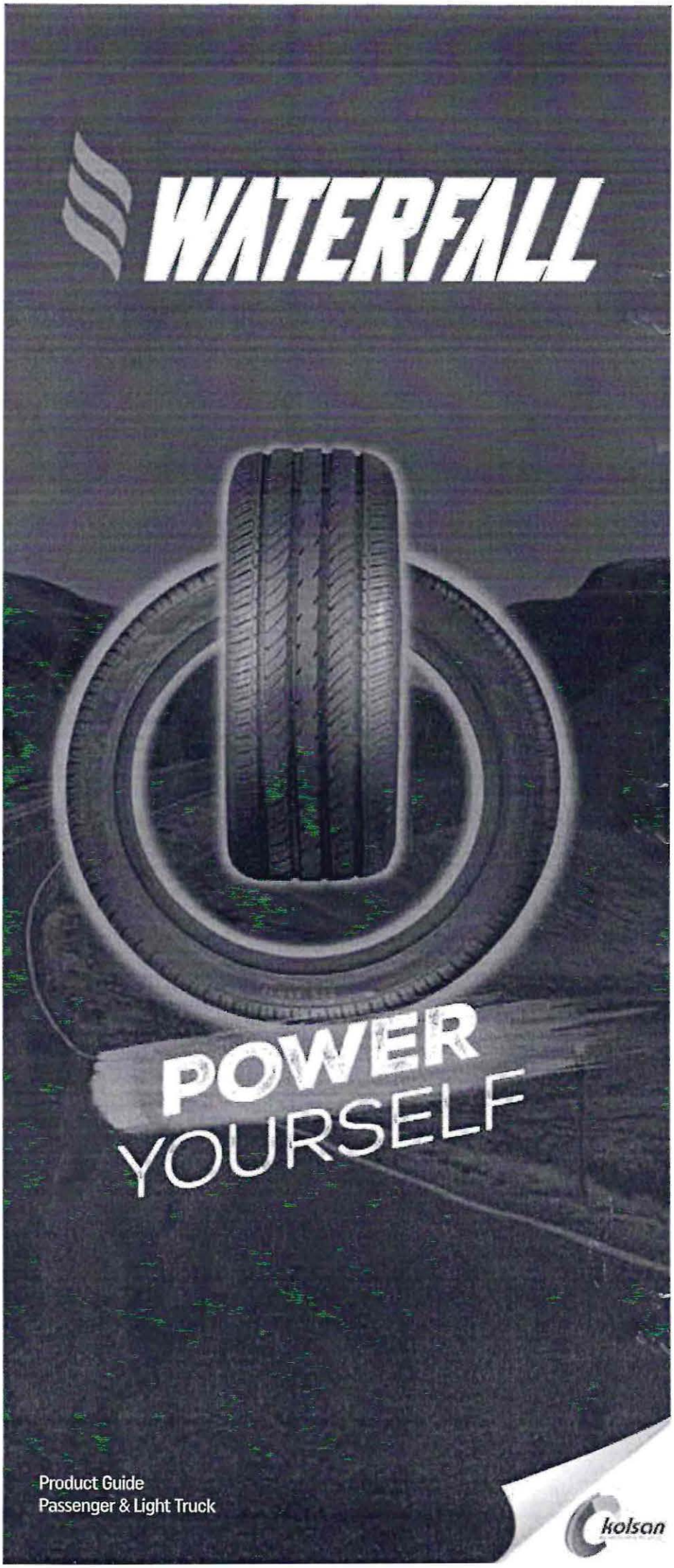
Porto Velho, 29/06/2022

[redacted]

REPRESENTANTE LEGAL

RL 92
A4

WATERFALL



Product Guide
Passenger & Light Truck

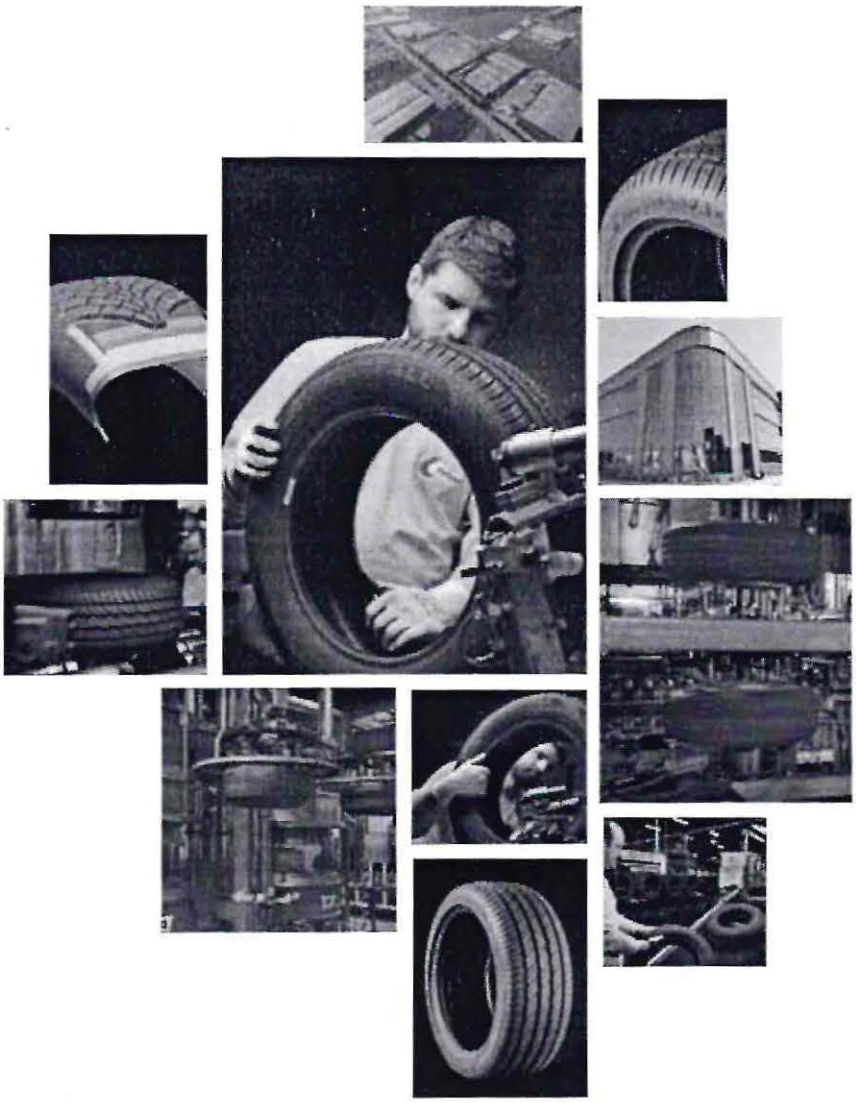
Kolsan

2 ADET HEDİYELİK

11 92 N

WATERFALL

waterfalltyres.com



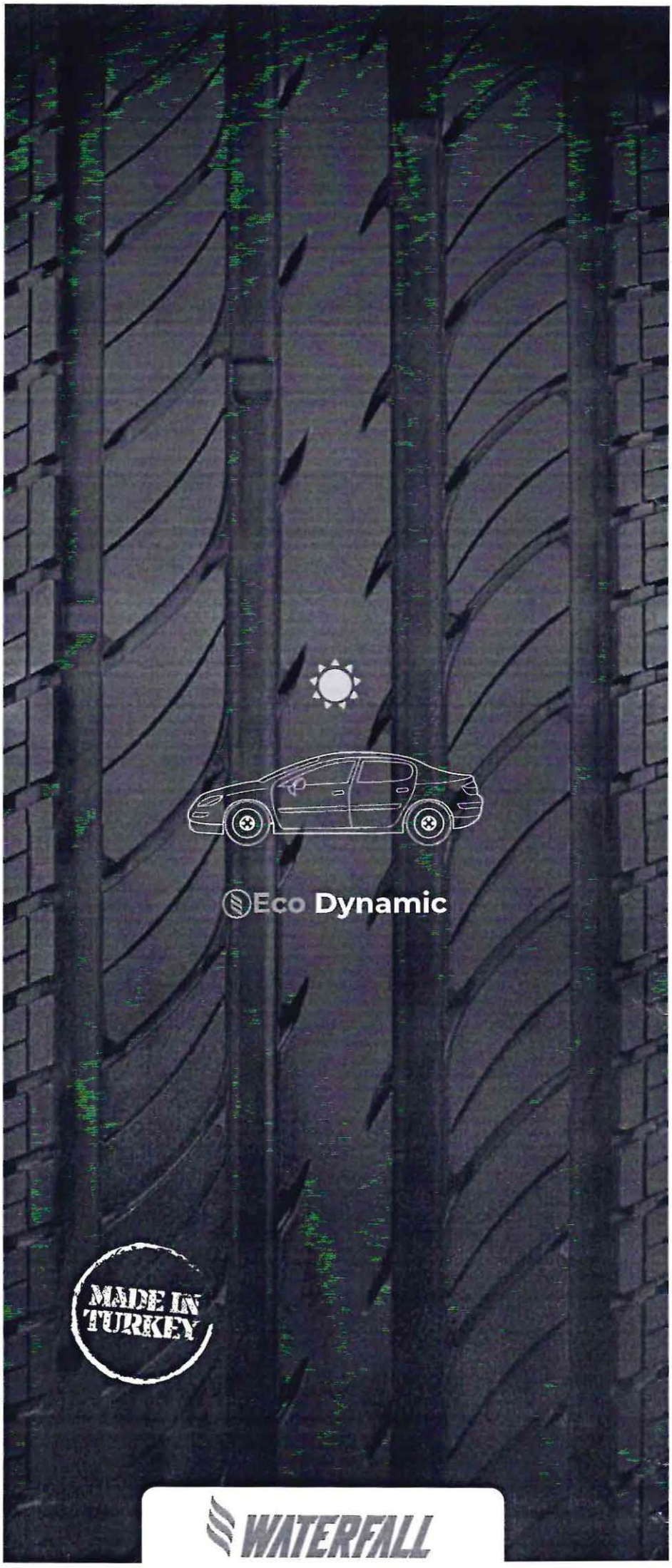
Business Excellence Policy

Our aim is attain a sustainable growth pace while creating admirable values for the society and the stake holders by concentrating on the actual business processes. Based on this our excellence policy is outlined as follows:

- Respect for human, environment and work area safety,
- Abiding by all legal legislations and standards on preserving and protection of the environment and natural habitat
- Watch always sustainability,
- Customer focus & happiness as the basic business approach,
- Apply continuous improvement philosophy at all processes,
- Efficient utilization of resources and productivity.
- Working in team spirit,
- Sincerity and trust worthiness at all level and relations.
- Emphasis on training and improving people, and knowledge base.

info@waterfalltyres.com
+90 262 351 31 94 (PBX)
Arslanbey Organize Sanayi Bölgesi
5. Sokak No: 3 41285 KARTEPE KOCAELİ TURKEY

II 93 /
A



Fl. 93
A



DESIGNED FOR AND TESTED IN EUROPE

Eco Dynamic

- Low Fuel Consumption and long life
- Lower Energy loss
- Improved wet-grip technology
- Quiet and comfortable
- Excellent traction in all conditions





20 YEARS OF EXPERIENCE



Technology

waterfalltyres.com



- **Block Stabilization Technology**
  More powerful blocks provide shorter braking distances on wet and dry roads
- **Step Shoulder Tech**
  Excellent Handling and cornering in dry and wet conditions
- **4 Wider Grooves**
  Better Aquaplanning and Drainage.

T H V W - Rated
40/45/50/55/60/65/70/80 Series

- **Eco Tire Tech**
  Lighter tires and special compounds provide lower fuel costs and C02 emissions
- **Variable Pitch Technology**
  Five variable pitch and speciific tread blocks reduce the sound level
- **Intelligent Compound Tech**
  Provide best performance according to changable weather conditions.
- **Improved Carcas Tech**
  Reinforced and lighter construction reduce overall tire weight by 5% for improved rolling resistance
- **Adaptive Tread Tech**
  The Adaptive Tread Tech providing best performance according to road condition.
- **Smart Tire Technology**
  Environmental friendly technology is applied fuel efficiency and Safety Driving.

PASSENGER

Eco Dynamic PCR

TL 94 IV
A

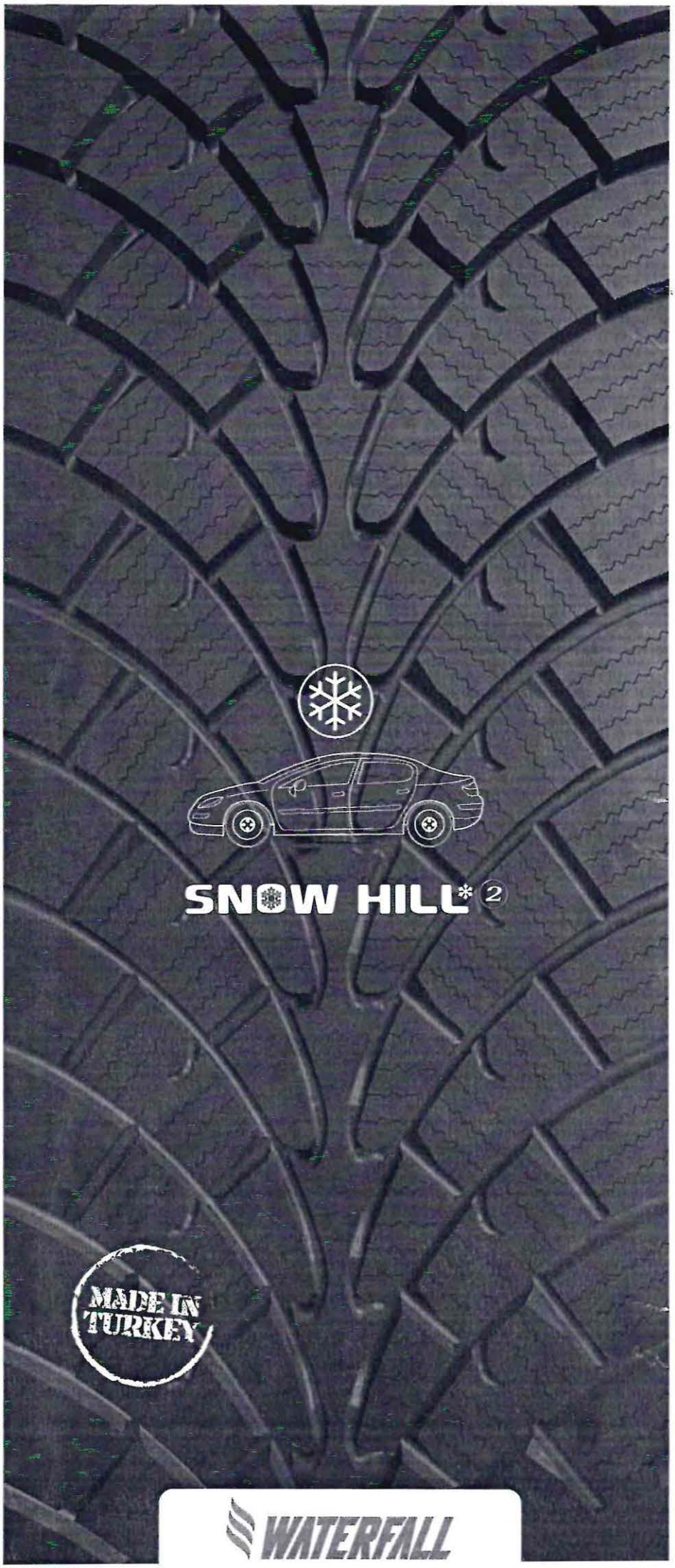
Eco Dynamic

	Series	Tire Size								db
40	WF55	195/40	R16	XL	80	V	C	C	70	
	WF40	205/40	R16	XL	83	W	C	C	70	
	WF20	225/40	R18	XL	92	W	C	C	70	
	WF24	235/40	R18	XL	95	W	C	C	70	
	WF37	245/40	R18	XL	97	W	C	C	70	
45	WF54	195/45	R15	-	78	V	C	C	70	
	WF10	195/45	R16	XL	84	W	C	C	70	
	WF41	205/45	R16	XL	87	W	C	C	70	
	WF42	205/45	R17	XL	88	W	C	C	70	
	WF15	225/45	R17	XL	94	W	C	C	70	
	WF23	235/45	R17	XL	97	W	C	C	70	
	WF26	245/45	R17	XL	99	W	C	C	70	
	WF43	225/45	R18	XL	95	W	C	C	70	
	WF38	245/45	R18	XL	100	W	C	C	70	
50	WF39	195/50	R15	-	82	V	C	C	70	
	WF19	205/50	R17	XL	93	W	C	C	70	
	WF21	215/50	R17	XL	95	W	C	C	70	
	WF34	225/50	R17	XL	98	W	C	C	70	
55	WF72	185/55	R15	-	82	H	C	C	70	
	WF49	195/55	R15	XL	89	V	C	C	70	
	WF18	195/55	R16	-	87	V	C	C	70	
	WF01	205/55	R16	XL	94	W	C	C	70	
	WF12	215/55	R16	-	93	W	C	C	70	
	WF33	225/55	R16	-	95	W	C	C	70	
	WF60	225/55	R16	XL	99	W	C	C	70	
	WF65	205/55	R17	XL	95	W	C	C	70	
	WF22	215/55	R17	XL	98	W	C	C	70	
	WF35	225/55	R17	XL	101	W	C	C	70	
60	WF45	175/60	R13	-	77	H	C	E	70	
	WF79	185/60	R13		80	H	C	E	70	
	WF14	185/60	R14	-	82	V	C	E	70	
	WF44	205/60	R14	-	88	H	C	E	70	
	WF06	185/60	R15	-	84	V	C	C	70	
	WF69	185/60	R15	XL	88	V	C	C	70	
	WF09	195/60	R15	-	88	V	C	C	70	
	WF26	205/60	R15	XL	95	H	C	C	70	
	WF66	195/60	R16	XL	99	V	C	C	70	
	WF13	205/60	R16	-	92	V	C	C	70	
	WF48	215/60	R16	-	95	H	C	C	70	
	WF59	215/60	R16	XL	99	H	C	C	70	
	WF56	225/60	R16	XL	102	V	C	C	70	
	WF64	225/60	R16	XL	102	W	C	C	70	
65	WF47	165/65	R13	-	77	H	C	E	70	
	WF04	175/65	R14	-	82	H	C	E	70	
	WF73	175/65	R14	XL	86	H	C	E	70	
	WF05	185/65	R14	-	86	H	C	E	70	
	WF07	185/65	R15	-	88	H	C	C	70	
	WF70	185/65	R15	XL	92	H	C	C	70	
	WF03	195/65	R15	XL	95	V	C	C	70	
	WF71	195/65	R15	-	91	V	C	C	70	
	WF25	205/65	R15	-	94	V	C	C	70	
	WF53	205/65	R15	XL	99	H	C	C	70	
70	WF74	175/70	R12	-	80	T	C	E	70	
	WF16	165/70	R13	-	79	T	C	E	70	
	WF02	175/70	R13	-	82	H	C	E	70	
	WF75	185/70	R13	-	86	H	C	E	70	
	WF11	175/70	R14	-	84	H	C	E	70	
	WF68	175/70	R14	XL	88	H	C	E	70	
	WF17	185/70	R14	-	88	H	C	E	70	
	WF76	195/70	R14	-	91	H	C	E	70	
80	WF08	165/ 80	R13	-	83	T	C	E	70	

XL: Extra Load

Eco Dynamic Sizes

info@waterfallityres.com | Arslanbey Organize Sanayi Bölgesi
+90 262 351 31 94 (PBX) | 5. Sokak No: 3 41285 KARTEPE KOCAELİ TURKEY


SNOW HILL* 2
MADE IN TURKEY
WATERFALL



SNOW HILL 2

- Better handling on snow
- Excellent braking performance
- Traction grip on snow
- Confident handling on snow
- Improved performance in all winter driving conditions





20
YEARS OF EXPERIENCE



Technology

waterfallfyres.com

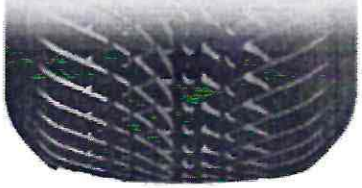


Block Stabilization Technology
More powerful blocks provide shorter braking distances on wet and dry roads

Step Shoulder Tech
Excellent Handling and cornering in dry and wet conditions



V-Type Hydroplan tech.
Provide better aquaplaning resistance on wet and snow roads Additional V Type groove shape from the center helps the evacuation of water outside of the footprint area.



Eco Tire Tech
Lighter tires and special compounds provide lower fuel costs and CO2 emissions

Variable Pitch Technology
Five variable pitch and speciific tread blocks reduce the sound level

Intelligent Compound Tech
Provide best performance according to changable weather conditions.

Improved Carcas Tech
Reinforced and lighter construction reduce overall tire weight by 5% for improved rolling resistance

Adaptive Tread Tech
The Adaptive Tread Tech providing best performance according to road condition.

Smart Tire Technology
Environmental friendly technology is applied fuel efficiency and Safety Driving.

M+S

Meets the severe snow service requirement of the Rubber Manufacturer' s Association (RMA)

V H T R - Rated
40/45/50/55/60/65/70/80/82 Series

SNOW HILL® PCR

PASSENGER

SNOW HILL ❄ 2

Series	Tire Size						db
40							
WF55	195/40 R16	XL	80 V	C	C	70	)))
WF40	205/40 R16	XL	83 W	C	C	70	)))
WF20	225/40 R18	XL	92 W	C	C	70	)))
WF24	235/40 R18	XL	95 W	C	C	70	)))
WF37	245/40 R18	XL	97 W	C	C	70	)))
45							
WF54	195/45 R15	-	78 V	C	C	70	)))
WF18	195/45 R16	XL	84 W	C	C	70	)))
WF41	205/45 R16	XL	87 W	C	C	70	)))
WF42	205/45 R17	XL	88 W	C	C	70	)))
WF15	225/45 R17	XL	94 W	C	C	70	)))
WF23	235/45 R17	XL	97 W	C	C	70	)))
WF36	245/45 R17	XL	99 W	C	C	70	)))
WF43	225/45 R18	XL	95 W	C	C	70	)))
WF38	245/45 R18	XL	100 W	C	C	70	)))
50							
WF39	195/50 R15	-	82 V	C	C	70	)))
WF19	205/50 R17	XL	93 W	C	C	70	)))
WF21	215/50 R17	XL	95 W	C	C	70	)))
WF34	225/50 R17	XL	98 W	C	C	70	)))
55							
WF72	185/55 R15	-	82 H	C	C	70	)))
WF49	195/55 R15	XL	89 V	C	C	70	)))
WF10	195/55 R16	-	87 V	C	C	70	)))
WF01	205/55 R16	XL	94 W	C	C	70	)))
WF12	215/55 R16	-	93 W	C	C	70	)))
WF33	225/55 R16	-	95 W	C	C	70	)))
WF60	225/55 R16	XL	99 W	C	C	70	)))
WF65	205/55 R17	XL	95 W	C	C	70	)))
WF22	215/55 R17	XL	98 W	C	C	70	)))
WF35	225/55 R17	XL	101 W	C	C	70	)))

XL: Extra Load

SNOW HILL® Sizes

info@waterfalltyres.com
+90 262 351 31 74 (PBX)
Arslanbey Organize Sanayi Bölgesi
5. Sokak No. 3 41285 KARTEPE KOCAELİ TURKEY

IL 97
A



FL 97/V
A4



DESIGNED FOR AND TESTED IN EUROPE

QUATTRO 4SEASONS

- Safety and control in all weather conditions
- One set of tires for all the seasons, all year round
- Save time and money
- 3PMSF to meet the industry standard of purely winter classified tires
- Quiet and comfortable ride



Balance | Handling | Summer | Wet Braking | Fuel Efficiency | Braking | Silent | Winter

Silica compound

20 YEARS OF EXPERIENCE

Brazil NHTSA

Technology

waterfallyres.com



- **Block Stabilization Technology**
  More powerful blocks provide shorter braking distances on wet and dry roads
- **Step Shoulder Tech**
  Excellent Handling and cornering in dry and wet conditions
- **V-Type Hydroplan tech.**
  Provide better aquaplaning resistance on wet and snow roads Additional V Type groove shape from the center helps the evacuation of water outside of the footprint area.

- **Eco Tire Tech**
  Lighter tires and special compounds provide lower fuel costs and CO2 emissions
- **Variable Pitch Technology**
  Five variable pitch and specific tread blocks reduce the sound level
- **Intelligent Compound Tech**
  Provide best performance according to changable weather conditions.
- **Improved Carcas Tech**
  Reinforced and lighter construction reduce overall tire weight by 5% for improved rolling resistance
- **Adaptive Tread Tech**
  The Adaptive Tread Tech providing best performance according to road condition.
- **Smart Tire Technology**
  Environmental friendly technology is applied fuel efficiency and Safety Driving.
- **Increased surface tech**
  incrased isurface area provide best handling and brake performance on snow and ice

M+S

Meets the severe snow service requirement of the Rubber Manufacturer' s Association (RMA)

T H V - Rated
40/45/50/55/60/65/70 Series

QUATTRO

PASSENGER

TL 98 /.

98 V

QUATTRO 4SEASONS

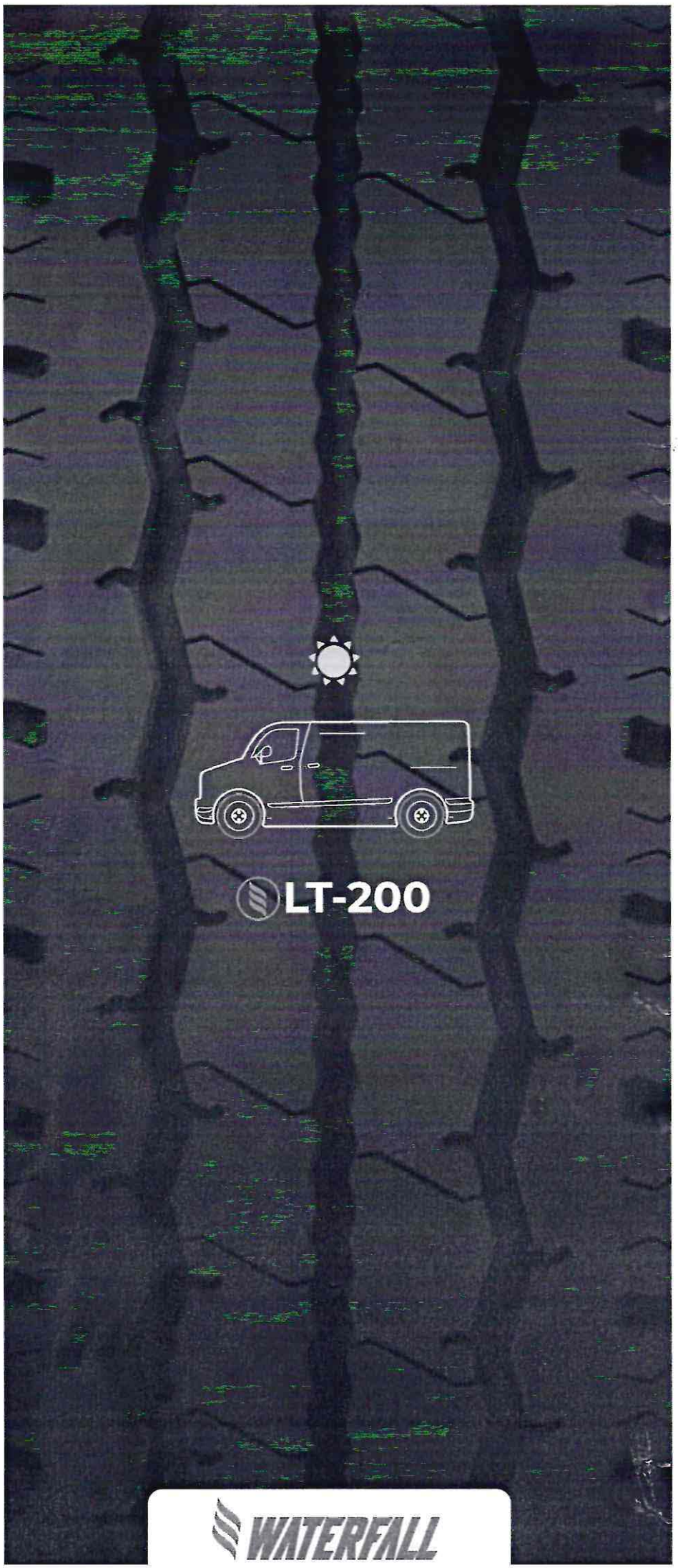
Series	Tire Size						db
45							
WT10	225/45 R17	XL	94 H	E	C	71	)))
55							
WT02	195/55 R16	XL	91 H	E	C	71	)))
WT01	205/55 R16	XL	94 H	E	C	71	)))
WT09	215/55 R16	-	93 H	E	C	71	)))
WT13	215/55 R17	-	94 H	E	C	71	)))
WT14	225/55 R17	XL	101 V	E	C	71	)))
60							
WT08	185/60 R15	XL	88 H	E	C	71	)))
WT12	195/60 R15	XL	92 H	E	C	71	)))
WT11	205/60 R16	-	92 H	E	C	71	)))
65							
WT05	175/65 R16	XL	86 T	E	C	71	)))
WT07	185/65 R16	XL	90 H	E	C	71	)))
WT03	185/65 R16	XL	92 H	E	C	71	)))
WT06	195/65 R17	XL	95 H	E	C	71	)))
WT16	205/65 R17	-	94 H	E	C	71	)))
70							
WT04	175/70 R13	XL	86 T	E	C	71	)))
WT15	175/70 R14	XL	88 T	E	C	71	)))

XL: Extra Load

QUATTRO 4SEASONS Sizes

info@waterfalltyres.com | Arslanbey Organize Sanayi Bölgesi
+90 262 351 31 94 (PBX) | 5. Sokak No: 3 41285 KARTEPE KOCAELİ TURKEY

FL. 99
A4



FL 99 V
A



DESIGNED FOR AND TESTED IN EUROPE

LT-200

- Reduced fuel consumption and CO2 emissions
- Shorter braking distance on wet and dry roads
- Top Aquaplanning resistance
- Improved steering precision and handling
- Long-lasting



Balance | Handling | Summer | Wet Braking | Braking | Fuel Efficiency | Commercial | Extra Load

20 YEARS OF EXPERIENCE

Brazil NHTSA

Technology

waterfallyres.com

FL 100 /
A9

LT-200

R Q - Rated
65/70/75/82 Series



- **Block Stabilization Technology**
  More powerful blocks provide shorter braking distances on wet and dry roads
- **Step Shoulder Tech**
  Excellent Handling and cornering in dry and wet conditions
- **4 Wider Grooves**
  Better Aquaplanning and Drainage.

- **Eco Tire Tech**
  Lighter tires and special compounds provide lower fuel costs and CO2 emissions
- **Variable Pitch Technology**
  Five variable pitch and specific tread blocks reduce the sound level
- **Intelligent Compound Tech**
  Provide best performance according to changable weather conditions.
- **Improved Carcas Tech**
  Reinforced and lighter construction reduce overall tire weight by 5% for improved rolling resistance
- **Adaptive Tread Tech**
  The Adaptive Tread Tech providing best performance according to road condition.

Commercial & Light Truck

FL 100 V
A1

LT-200 Sizes

LT-200

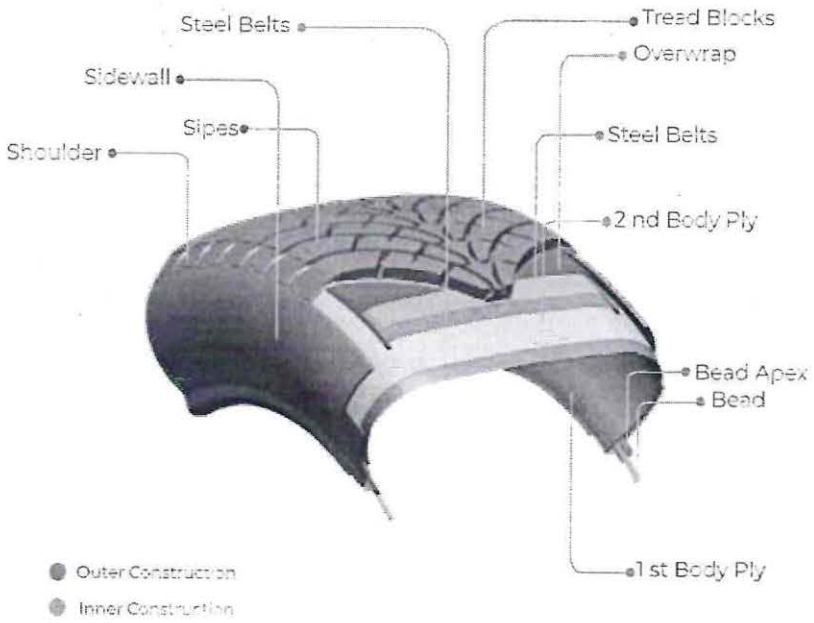
Series	Tire Size									
65										
WF61	205/65 R16C	8 PR	LT	107/105	R	A	E	72	db
WF62	215/65 R16C	8 PR	LT	109/107	R	A	E	72	db
WF63	225/65 R16C	8 PR	LT	112/110	R	A	E	72	db
WF80	235/65 R16C	10 PR	LT	121/119	Q	A	E	72	db
70										
WF50	195/70 R15C	8 PR	LT	104/102	R	A	E	72	db
WF31	205/70 R15C	8 PR	LT	106/104	R	A	E	72	db
WF78	215/70 R15C	8 PR	LT	109/107		A	E	72	db
WF32	225/70 R15C	8 PR	LT	112/110	R	A	E	72	db
75										
WF77	205/75 R14C	8 PR	LT	109/107	R	A	E	72	db
WF52	195/75 R16C	8 PR	LT	107/105	R	A	E	72	db
WF57	205/75 R16C	10 PR	LT	113/111	Q	A	E	72	db
WF58	215/75 R16C	10 PR	LT	116/114	R	A	E	72	db
82										
WF30	155/ R12C	8 PR	LT	88/86	R	A	F	71	db
WF29	5.00/ R12C	10 PR	LT	88/86	R	A	E	72	db
WF46	155/ R13C	8 PR	LT	90/88	R	A	F	71	db
WF51	185/ R14C	8 PR	LT	102/100	Q	A	E	72	db
WF27	195/ R14C	8 PR	LT	106/104	R	A	E	72	db
WF28	195/ R15C	8 PR	LT	106/104	R	A	E	72	db

info@waterfalltyres.com | Arslanbey Organize Sanayi Bölgesi
+90 262 351 31 94 (PBX) | 5. Sokak No: 3 41285 KARTEPE KOCAELİ TURKEY

Technical Information

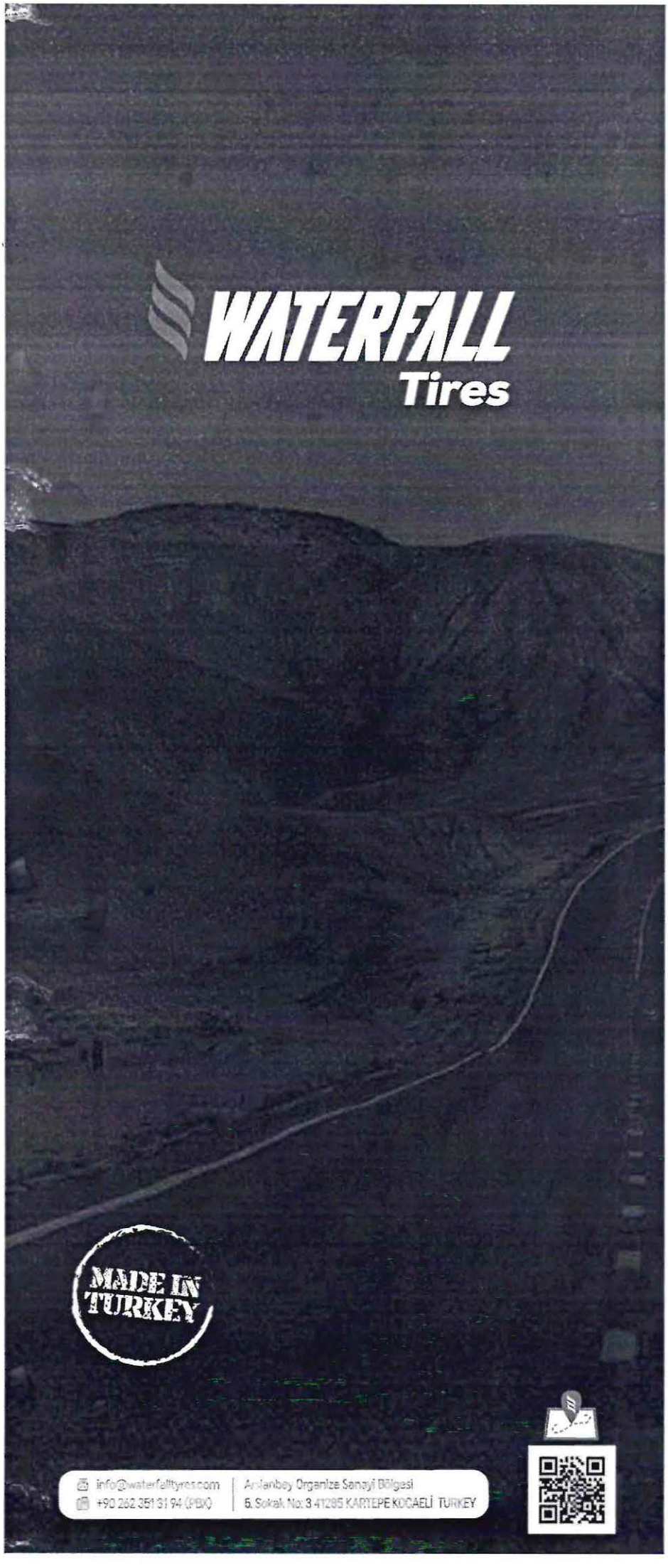
waterfalltyres.com

Tire Construction





info@waterfalltyres.com | Arslanbey Organize Sanayi Bölgesi
+90 262 351 31 94 (PBX) | 5. Sokak No: 3 41285 KARTEPE KOCAELİ TURKEY


WATERFALL
Tires
MADE IN TURKEY
info@waterfalltyres.com
+90 262 351 31 94 (PBX)
Arslanbey Organize Sanayi Bölgesi
6. Sokak No: 3 41285 KARTEPE KOCAELİ TURKEY

Product Specifications

Size	Width	Ratio	Rim	LI		SI			
185/65R15	185	65	15	88		H	E	C	70
195/65R15	195	65	15	91		V	E	C	71
195/65R15	195	65	15	91		H	E	C	71
205/65R15	205	65	15	94		V	E	C	71
215/65R15	215	65	15	96		V	C	C	71
185/60R15	185	60	15	88	XL	H	E	C	71
195/60R15	195	60	15	88		V	E	C	71
205/60R15	205	60	15	95	XL	V	E	C	72
185/55R15	185	55	15	82		V	E	C	70
195/55R15	195	55	15	85		V	E	C	71
195/50R15	195	50	15	86	XL	V	E	C	72
205/65R16	205	65	16	95		H	E	C	71
215/65R16	215	65	16	102	XL	H	C	C	72
195/60R16	195	60	16	89		V	E	C	71
205/60R16	205	60	16	96	XL	V	C	C	72
215/60R16	215	60	16	99	XL	V	C	C	72
225/60R16	225	60	16	102	XL	V	C	C	72
185/55R16	185	55	16	87	XL	V	E	C	71
195/55R16	195	55	16	87		V	E	C	71
205/55R16	205	55	16	91		V	E	C	71
215/55R16	215	55	16	97	XL	W	C	C	72
225/55R16	225	55	16	99	XL	W	C	C	72
195/50R16	195	50	16	88	XL	V	E	C	72
205/50R16	205	50	16	87		W	E	C	71
205/55R17	205	55	17	95	XL	W	C	C	72
215/55R17	215	55	17	98	XL	W	C	C	72
225/55R17	225	55	17	101	XL	W	C	C	72
205/50R17	205	50	17	93	XL	W	E	C	72
215/50R17	215	50	17	95	XL	Y	E	C	72
225/50R17	225	50	17	98	XL	Y	C	C	72
235/50R17	235	50	17	100	XL	W	C	C	72

TRIANGLE
Tires for Life

www.triangle.com.cn



New Generation
High Performance Tire

AdvanteX TC101 High Performance

TRIANGLE Tires for Life

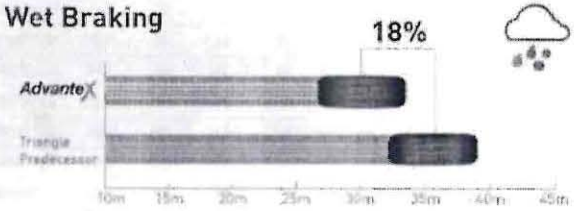
- **The *AdvanteX* high performance tire has been designed to blend performance, comfort and safety.**
- **The mix of new tread pattern and compound technology has lead to an exceptional all round performer in all conditions.**

Rim diameters	Aspect Ratio
15" - 17"	65-50



Performance

Wet Braking



Dry Braking



Internal test result Tested in Spain

Features and Benefits

Four deep circumferential grooves



For improved water dispersion and drainage & reduced aquaplaning

Resulting in improved wet handling and braking

Large shoulder blocks
Unique shoulder block shape



For enhanced shoulder stiffness & improved shoulder stability

Resulting in improved cornering in wet and dry conditions

Optimized high density polyester matrix structure design



For more robust & stable carcass

Resulted in better steering and handling response



High sipe density



For increased biting edges and water dispersion

Resulting in improved wet handling and braking

Closed groove designs



Traps noise generated from the center of the tire

Resulting in a quieter and more comfortable ride

Functionalized polymer and high content silica in combination with white carbon black



For a reduction in tread deformation & lower rolling resistance

Resulting in improved traction, wet handling, braking & fuel efficiency

FL 003
4

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

ATO DE RECONHECIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2022-HGuPV

(Inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133/2021 e alterado pelo Decreto nº 10.922, de 30 de dezembro de 2021).

NUP: **64593.004115/2022-47**

1. DO RECONHECIMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Reconheço a Dispensa de Licitação no processo de nº 64593.004115/2022-47, fundamentada do Inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133/2021 e alterado pelo Decreto nº 10.922, de 26 de maio de 2022, para a Aquisição de Pneus para Viatura Administrativas, junto a Empresa CNPJ: **41[redacted]-68 – RAEFEL [redacted] LTDA**, no valor de R$: 5.759,20 (cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), com o objetivo de atender a demanda apresentada no DIEx nº 21 – Set Transp, de 26 de maio de 2022.

Porto Velho, RO, 04 de julho de 2022

SÉRGIO [redacted] LOUREIRO - Coronel
Ordenador de Despesas do HGuPV

Fl. 1057
4

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	41[redacted]68
Razão Social:	**RAEFEL [redacted] LTDA**
Nome Fantasia:	**RA&FEL SOLUCOES**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **10/04/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**09/07/2022**
FGTS	Validade:	**21/07/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**20/12/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**19/07/2022**
Receita Municipal	Validade:	**19/07/2022**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **28/02/2023**

CPF: 027[redacted]10 Nome: ANGELO C[redacted]ASSIS
Ass: _____

Fls. 1061

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 41[redacted]-68
Razão Social: RAEFEL [redacted] LTDA
Nome Fantasia: RA&FEL SOLUCOES
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Não cadastrado**

Nenhum registro de Qualificação Técnica encontrado para o fornecedor.

Fl. 107

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ:	41[redacted]68
Razão Social:	RAEFEL S[redacted] LTDA
Nome Fantasia:	RA&FEL SOLUCOES
Situação do Fornecedor:	Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Fl. 108
Ag

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	41[redacted]68
Razão Social:	RAEFEL [redacted] LTDA
Nome Fantasia:	RA&FEL SOLUCOES
Situação do Fornecedor:	Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ:	41.[redacted]-68
Razão Social:	RAEFEL [redacted] LTDA
Nome Fantasia:	RA&FEL SOLUCOES
Situação do Fornecedor:	Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

Fl. 160

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 04/07/2022 10:07:10
Usuário: 02719001210

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
[redacted]	RAEFEL[redacted]LTDA	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de inclusão

** Registros incluídos há até 30 dias.*

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 04/07/2022 10:05:32

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **RAEFEL [redacted] LTDA**
CNPJ: **41.[redacted]-68**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

fl. 113

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RAEFEL [redacted] LTDA
CNPJ: 41.[redacted]-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:22:09 do dia 01/07/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 28/12/2022.
Código de controle da certidão: **ADB1.E84C.CF0D.D5C2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Dispensa eletrônica 19/2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar da Amazônia
12º Região Militar
Hospital de Guarnição de Porto Velho

Período para entrega de proposta: 24/06/2022 10:48:06 até 29/06/2022 08:59:59
Período para envio de lances: 29/06/2022 09:00:00 até 29/06/2022 15:00:00
Emergencial: Não
Participação preferencial ME/EPP: Sim
Objeto: Aquisição de Pneus para Viaturas Administrativas.

Item 1 - Pneu Veículo Automotivo

Pneu Veículo Automotivo Características Adicionais: Sem Câmara, 175/65 Aro 14 , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade

Unidade de fornecimento:	Unidade
Quantidade:	10
Valor estimado:	R$ 340,0600
Situação:	Adjudicado e Homologado

Aceito para RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68, pelo melhor lance R$ 1.000,0000, negociado a R$ 340,0000.

Propostas do item 1

41[redacted]68 - RAEFEL [redacted] LTDA — Porte MeEpp/Equiparadas: Sim
Valor proposta: R$ 1.000,0000 — Declaração ME/EPP: Sim
Valor negociado: R$ 340,0000

Descrição detalhada: Pneu Veículo Automotivo Características Adicionais: Sem Câmara, 175/65 Aro 14 , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade

Marca/Fabricante: SIMILAR
Modelo/versão: SIMILAR
Situação: Proposta adjudicada

30[redacted]-35 - SERGIO [redacted] LTDA — Porte MeEpp/Equiparadas: Sim
Valor proposta: R$ 341,0500 — Declaração ME/EPP: Sim

Descrição detalhada: Pneu Veículo Automotivo Características Adicionais: Sem Câmara, 175/65 Aro 14 , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade

Marca/Fabricante: ref
Modelo/versão: 2022
Situação: Proposta desclassificada

Lances do item 1

Nenhum lance foi registrado para o item 1.

Mensagens do chat do item 1

Enviado pelo sistema: 29/06/2022 15:00:01
O item 1 está encerrado.

Enviado pelo sistema para o participante 30[redacted]-35: 29/06/2022 15:14:30
Senhor fornecedor, boa tarde!

Enviado pelo sistema para o participante 30[redacted]-35: 29/06/2022 15:14:42
Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação que não estejam presentes no SICAF.

Enviado pelo sistema para o participante 30.[redacted]35: 29/06/2022 15:15:25
Sr. Fornecedor SERGIO [redacted] LTDA, CNPJ 30[redacted]-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:19:00 do dia 29/06/2022. Justificativa: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatóric

Enviado pelo sistema para o participante 30[redacted]-35: 29/06/2022 15:15:59
Informo que o prazo de envio de toda documentação é de até 02 (duas) horas.

Enviado pelo sistema para o participante 30.[redacted]35: 29/06/2022 15:16:23
Os documentos de habilitação a serem enviados estão previstos no item 6 do Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexo I
.

Enviado pelo sistema para o participante 30[redacted]-35: 29/06/2022 17:19:00
O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:19:00 de 29/06/2022. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor SERGIO [redacted] LTDA, CNPJ 30.[redacted]35.

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 30/06/2022 08:18:18
Bom dia Senhor fornecedor!

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 30/06/2022 08:19:05
Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação que não estejam presentes no SICAF.

Enviado pelo sistema para o participante 41[redacted]-68: 30/06/2022 08:19:19
solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumen convocatório.

Enviado pelo sistema para o participante 41[redacted]-68: 30/06/2022 08:19:45
Os documentos de habilitação a serem enviados estão previstos no item 6 do Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexo I
.

Enviado pelo sistema para o participante 41[redacted]-68: 30/06/2022 08:20:12
Informo que o prazo de envio de toda documentação será de até 02 (duas) horas.

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 30/06/2022 08:20:32
Sr. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:20:00 do dia 30/06/2022. Justificativa: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório..

Enviado pelo participante 41[redacted]-68: 30/06/2022 10:34:17
O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:34:17 de 30/06/2022. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68.

Mensagens do chat do item 1

Enviado pelo sistema para o participante 41.497.853/0001-68: 30/06/2022 11:41:46

Sr. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 12:10:00 do dia 30/06/2022. Justificativa: Solicito o envio de catalogo dos itens ofertados pela Vossa Empresa que contenha a marca e demais descrições dos materiais..

Enviado pelo sistema para o participante 41[redacted]68: 30/06/2022 11:42:26

Informo que o prazo de envio do catalogo será de até 30 (trinta) minutos.

Enviado pelo participante 41.[redacted]-68: 30/06/2022 12:06:46

O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:06:46 de 30/06/2022. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]68.

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 30/06/2022 13:17:31

Boa tarde senhor fornecedor!

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 30/06/2022 13:18:11

Informo que estamos em analise de toda documentação enviada juntamente com a proposta e catalogo dos produtos.

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 04/07/2022 10:15:20

Sr. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Bom dia, o senhor aceitaria oferecer o material ao valo de R$ 340,00 reais, conforme consta em Aviso de Dispensa Eletrônica anexa ao sistema?.

Enviado pelo participante 41.[redacted]-68: 04/07/2022 10:29:32

A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68, tendo informado o valor de R$ 340,0000.

Eventos do item 1

Encerramento etapa - Item com etapa aberta encerrada. 29/06/2022 15:00:01

Encerramento lances - Item encerrado para lances. 29/06/2022 15:00:01

Convocação anexo - Fornecedor SERGIO [redacted] LTDA, CNPJ [redacted]35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 29/06/2022 17:19:00. Motivo: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório.. 29/06/2022 15:15:25

Convocação anexo - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 30/06/2022 11:20:00. Motivo: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório.. 30/06/2022 08:20:32

Envio encerrado - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68 finalizou o envio de anexo. 30/06/2022 10:34:17

Convocação anexo - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 30/06/2022 12:10:00. Motivo: Solicito o envio de catalogo dos itens ofertados pela Vossa Empresa que contenha a marca e demais descrições dos materiais.. 30/06/2022 11:41:46

Envio encerrado - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68 finalizou o envio de anexo. 30/06/2022 12:06:46

Desclassificação - Fornecedor SERGIO [redacted] E CIA LTDA, CNPJ 30[redacted]35 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 341,0500. Motivo: 04/07/2022 10:13:46

Eventos do item 1

atendido ao pedido de envio da documentação de habilitação e proposta no prazo..

Convocação negociação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68 convocado para negociação de valor.	04/07/2022 10:15:20
Novo valor informado - Negociação encerrada. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68 informou R$ 340,0000.	04/07/2022 10:29:32
Aceitação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68 teve a proposta aceita, melhor lance: R$ 1.000,0000, valor negociado: R$ 340,0000.	04/07/2022 11:47:46
Habilitação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68 foi habilitado.	04/07/2022 11:48:17
Adjudicação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 1.000,0000, valor negociado: R$ 340,0000.	04/07/2022 14:49:26
Homologação - Item homologado.	04/07/2022 14:49:26

Item 2 - Pneu Veículo Automotivo

Pneu Veículo Automotivo Dimensões: 195/65 R15 , Tipo: Sem Câmara , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade

Unidade de fornecimento:	Unidade
Quantidade:	5
Valor estimado:	R$ 456,6200
Situação:	Adjudicado e Homologado

Aceito para RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68, pelo melhor lance R$ 457,6100, negociado a R$ 456,0000.

Propostas do item 2

10[redacted]73 - LUCRATT [redacted] LTDA — Porte MeEpp/Equiparadas: Sim

Valor proposta: R$ 385,6000 — Declaração ME/EPP: Sim

Descrição detalhada: Modelo do Pneu: CR65772
Linha: Radial RP28
Material: Borracha
Instalação do Produto: Responsabilidade do Cliente
Aro: 15
Desenho do Pneu: Assimétrico
Quantidade de Pneus: 1
Kit Pneus ou Pneu?: Pneu
Peso (Unidade Pneu): 7.000 kg
Dimensão do Pneu: 185/65
Perfil do Pneu: 65
Veículo Indicado: Carro
Classificação e Índice de Velocidade: H-210 km/h
Índice e Carga Máxima Suportada por Pneu: 88 - Suporta até 560Kg
Categoria do Pneu: Passeio

116

Propostas do item 2

Marca: Westlake
Condição do Produto: Novo
Marca/Fabricante: Westlake
Modelo/versão: RP28
Situação: Proposta desclassificada

41[redacted]68 - RAEFEL [redacted]LTDA — Porte MeEpp/Equiparadas: Sim
Valor proposta: R$ 1.500,0000 — Declaração ME/EPP: Sim
Valor negociado: R$ 456,0000

Descrição detalhada: Pneu Veículo Automotivo Dimensões: 195/65 R15 , Tipo: Sem Câmara , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade

Marca/Fabricante: SIMILAR
Modelo/versão: SIMILAR
Situação: Proposta adjudicada

30[redacted]35 - SERGIO[redacted]LTDA — Porte MeEpp/Equiparadas: Sim
Valor proposta: R$ 457,6200 — Declaração ME/EPP: Sim

Descrição detalhada: Pneu Veículo Automotivo Dimensões: 195/65 R15 , Tipo: Sem Câmara , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade

Marca/Fabricante: ref
Modelo/versão: 2022

Lances do item 2

29/06/2022 14:59:42	41.497.853/0001-68	R$ 457,6100

Mensagens do chat do item 2

Enviado pelo sistema: 29/06/2022 15:00:01
O item 2 está encerrado.

Enviado pelo sistema para o participante 10.[redacted]73: 29/06/2022 15:16:53
Senhor fornecedor, boa tarde!

Enviado pelo sistema para o participante 10[redacted]73: 29/06/2022 15:17:07
Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação que não estejam presentes no SICAF.

Enviado pelo sistema para o participante 10[redacted]73: 29/06/2022 15:17:28
Sr. Fornecedor LUCRATT [redacted]LTDA, CNPJ 10.[redacted]73, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 17:22:00 do dia 29/06/2022. Justificativa: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório..

Enviado pelo sistema para o participante 10.[redacted]73: 29/06/2022 15:17:58
Informo que o prazo de envio da documentação de habilitação e proposta atualizada será de até 02 (duas) horas.

Mensagens do chat do item 2

Enviado pelo sistema para o participante 10.[redacted]73: 29/06/2022 15:18:12
Os documentos de habilitação a serem enviados estão previstos no item 6 do Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexo I
.

Enviado pelo sistema para o participante 10.[redacted]73: 29/06/2022 17:22:00
O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:22:00 de 29/06/2022. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor LUCRATT [redacted] LTDA, CNPJ 10[redacted]73.

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]68: 30/06/2022 08:13:33
Bom dia senhor fornecedor!

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 30/06/2022 08:13:49
Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação que não estejam presentes no SICAF.

Enviado pelo sistema para o participante 41[redacted]-68: 30/06/2022 08:14:02
Informo que o prazo de envio da documentação de habilitação e proposta atualizada será de até 02 (duas) horas.

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 30/06/2022 08:14:0[redacted]
Os documentos de habilitação a serem enviados estão previstos no item 6 do Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexo I .

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]68: 30/06/2022 08:14:33
Sr. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]68, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 11:16:00 do dia 30/06/2022. Justificativa: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório.

Enviado pelo participante 41.[redacted]68: 30/06/2022 10:34:39
O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:34:39 de 30/06/2022. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68.

Enviado pelo sistema para o participante 41.497.853/0001-68: 04/07/2022 10:16:25
Sr. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68, você foi convocado para negociação de valor do item 2. Justificativa: Bom dia, o senhor aceitaria oferecer o material ao valo de R$ 456,00 reais, conforme consta em Aviso de Dispensa Eletrônica anexa ao sistema?..

Enviado pelo participante 41[redacted]68: 04/07/2022 10:29:57
A negociação do item 2 foi aceita pelo fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68, tend[redacted] informado o valor de R$ 456,0000.

Eventos do item 2

Encerramento etapa - Item com etapa aberta encerrada. 29/06/2022 15:00:01

Encerramento lances - Item encerrado para lances. 29/06/2022 15:00:01

Convocação anexo - Fornecedor LUCRATT [redacted] LTDA, CNPJ 10[redacted]-73 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 29/06/2022 17:22:00. Motivo: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório.. 29/06/2022 15:17:28

Convocação anexo - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 30/06/2022 11:16:00. Motivo: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório. 30/06/2022 08:14:33

Envio encerrado - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68 30/06/2022 10:34:39

Eventos do item 2

finalizou o envio de anexo.

Desclassificação - Fornecedor LUCRATT [redacted] LTDA, CNPJ 10[redacted]73 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R$ 385,6000. Motivo: Por não ter atendido ao pedido de envio da documentação de habilitação e proposta no prazo..	04/07/2022 10:15:44
Convocação negociação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68 convocado para negociação de valor.	04/07/2022 10:16:25
Novo valor informado - Negociação encerrada. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68 informou R$ 456,0000.	04/07/2022 10:29:57
Aceitação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68 teve a proposta aceita, melhor lance: R$ 457,6100, valor negociado: R$ 456,0000.	04/07/2022 11:47:59
Habilitação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68 foi habilitado.	04/07/2022 11:48:24
Adjudicação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 457,6100, valor negociado: R$ 456,0000.	04/07/2022 14:49:26
Homologação - Item homologado.	04/07/2022 14:49:26

Item 3 - Protetor Câmara De Ar

Protetor Câmara De Ar Material: Borracha , Tamanho: 700 X 15

Unidade de fornecimento:	Unidade
Quantidade:	15
Valor estimado:	R$ 5,2800
Situação:	Adjudicado e Homologado

Aceito para RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68, pelo melhor lance R$ 10,0000, negociado a R$ 5,2800.

Propostas do item 3

41[redacted]68 - RAEFEL [redacted] LTDA — Porte MeEpp/Equiparadas: Sim

Valor proposta: R$ 10,0000 — Declaração ME/EPP: Sim

Valor negociado: R$ 5,2800

Descrição detalhada: Protetor Câmara De Ar Material: Borracha , Tamanho: 700 X 15

Marca/Fabricante: SIMILAR
Modelo/versão: SIMILAR
Situação: Proposta adjudicada

Lances do item 3

Nenhum lance foi registrado para o item 3.

Mensagens do chat do item 3

Enviado pelo sistema: 29/06/2022 15:00:01
O item 3 está encerrado.

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 29/06/2022 15:18:30
Senhor Fornecedor, boa tarde!

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]68: 29/06/2022 15:18:38
Solicito o envio da proposta atualizada e documentos de habilitação que não estejam presentes no SICAF.

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 29/06/2022 15:18:54
Sr. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 17:23:00 do dia 29/06/2022. Justificativa: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório..

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 29/06/2022 15:19:21
Informo que o prazo de envio de toda documentação de habilitação e proposta atualizada será de até 02 (duas) horas.

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 29/06/2022 15:19:3[illegible]
Os documentos de habilitação a serem enviados estão previstos no item 6 do Aviso de Dispensa Eletrônica.

Enviado pelo sistema para o participante 41[redacted]-68: 29/06/2022 15:19:41
E também Anexo I.

Enviado pelo participante 41[redacted]68: 29/06/2022 17:20:11
O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:20:11 de 29/06/2022. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]68.

Enviado pelo sistema para o participante 41[redacted]-68: 30/06/2022 08:14:57
Bom dia Senhor Fornecedor!

Enviado pelo sistema para o participante 41[redacted]-68: 30/06/2022 08:15:55
Informo que solicitarei novamente o envio de anexos, pois ficou faltando as documentações de habilitação da Vossa Empresa.

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 30/06/2022 08:16:56
Informo ainda que o prazo será de até 02 (duas
) hora, para o envio de toda documentação de habilitação.

Enviado pelo sistema para o participante 41[redacted]68: 30/06/2022 08:17:43
Sr. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]68, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 09:17:00 do dia 30/06/2022. Justificativa: Solicito o envio de toda documentação de habilitação que não conste no SICAF..

Enviado pelo sistema para o participante 41.[redacted]-68: 30/06/2022 09:17:00
O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:17:00 de 30/06/2022. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41[redacted]-68.

Enviado pelo sistema para o participante 41.497.853/0001-68: 04/07/2022 10:16:50
Sr. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]68, você foi convocado para negociação de valor do item 3. Justificativa: Bom dia, o senhor aceitaria oferecer o material ao valo de R$ 5,28 reais, conforme consta em Aviso de Dispensa Eletrônica anexa ao sistema?..

Enviado pelo participante 41[redacted]68: 04/07/2022 10:30:13
A negociação do item 3 foi aceita pelo fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68, tendo informado o valor de R$ 5,2800.

fl. 118
A

Eventos do item 3

Encerramento etapa - Item com etapa aberta encerrada.	29/06/2022 15:00:01
Encerramento lances - Item encerrado para lances.	29/06/2022 15:00:01
Convocação anexo - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 29/06/2022 17:23:00. Motivo: solicito que a proposta atualizada apresente o menor preço possível considerando as exigências do instrumento convocatório..	29/06/2022 15:18:54
Envio encerrado - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68 finalizou o envio de anexo.	29/06/2022 17:20:11
Convocação anexo - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 30/06/2022 09:17:00. Motivo: Solicito o envio de toda documentação de habilitação que não conste no SICAF..	30/06/2022 08:17:43
Convocação negociação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ [redacted]-68 convocado para negociação de valor.	04/07/2022 10:16:50
Novo valor informado - Negociação encerrada. Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ [redacted]-68 informou R$ 5,2800.	04/07/2022 10:30:13
Aceitação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68 teve a proposta aceita, melhor lance: R$ 10,0000, valor negociado: R$ 5,2800.	04/07/2022 11:48:08
Habilitação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68 foi habilitado.	04/07/2022 11:48:30
Adjudicação - Fornecedor RAEFEL [redacted] LTDA, CNPJ 41.[redacted]-68 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 10,0000, valor negociado: R$ 5,2800.	04/07/2022 14:49:26
Homologação - Item homologado.	04/07/2022 14:49:26

Mensagens do chat da dispensa 19/2022

Enviado pelo sistema: 29/06/2022 09:00:06

A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 15:00. Mantenham-se conectados.

Enviado pelo sistema: 29/06/2022 15:10:07

A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Enviado pelo sistema: 29/06/2022 15:11:35

Senhores Fornecedores, boa tarde, agradeço a todos a participação na dispensa eletrônica n 19/2022. Visando dar transparência ao processo. solicitarei o envio de anexos dos documentos exigidos para aceitação da proposta e habilitação de fornecedor.

Enviado pelo sistema: 29/06/2022 15:14:08

Informo a todos os participantes que o prazo para envio das propostas e documentação de habilitação será de até 02 (duas) horas. Então peço a todos que fiquem atento ao prazo e ao chat.

Eventos da dispensa 19/2022

Abertura da sessão pública - Abertura da sessão pública	29/06/2022 09:00:06
Início julgamento de propostas - Início da etapa de julgamento de propostas	29/06/2022 15:10:07

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 05/07/2022 13:00
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167351	HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO VELHO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.[redacted]02	RUA RUI BARBOSA, NR 409 - CENTRO	76801-010

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	(69) 3218-4801(DIR)/3218-4805(RP)/ 3218-4809

Ano	Tipo	Número
2022	NE	501

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	171497	0151000000	339030	167505	D8SAFCTMVTA

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
04/07/2022	Ordinário	64593004115202247	0,0000	5.759,20

Favorecido

Código	Nome
41.[redacted]68	RAEFEL [redacted] LTDA

Endereço	CEP
AMELIA FARIAS 3814 CASA TANCREDO NEVES	76829-548

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição
AQS DE PEÇAS P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS - 2022NC402167-CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO, DE 18MAI2022 - DIEX NR 21-SET DE TRANSP, DE 26MAI2022 -DISP DE LIC NR 19/2022 .

Local da Entrega
R. RUI BARBOSA, 409- CENTRO, PORTO VELHO-RO - 76801-010

Informação Complementar
160351060000192022 - UASG Minuta: 160351

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	05/07/2022 11:40:27	Alteração

Data e hora da consulta: 05/07/2022 13:00
Usuário: ***.855.402-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	5.759,20

Subelemento 39 - MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAMEAÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOSMISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, 175/65 ARO 14	3.400,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
04/07/2022	Inclusão	10,00000	340,0000	3.400,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 00002 - PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAMEAÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOSMISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL, DIMENSÕES195/65 R15, TIPO SEM CÂMARA	2.280,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
04/07/2022	Inclusão	5,00000	456,0000	2.280,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	Item compra: 00003 - PROTETOR CÂMARA DE AR, MATERIAL BORRACHA, TAMANHO 700 X 15	79,20

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
04/07/2022	Inclusão	15,00000	5,2800	79,20

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SÉRGIO [redacted] LOUREIRO
***.451.907-**
05/07/2022 11:40:27

Responsável pela Nota de Empenho
ERNANI [redacted] ALMEIDA
***.692.176-**
05/07/2022 10:56:13

Versão	Data/Hora	Operação
002	05/07/2022 11:40:27	Alteração

120

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

TERMO DE ENCERRAMENTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2022-HGUPV

(Processo nº : 64593.004115/2022-47)

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Porto Velho – RO, no quartel do Hospital de Guarnição de Porto Velho, encerro os trabalhos atinentes ao presente Processo Administrativos, do que, para constar, lavrei o presente Termo.

Porto Velho-RO, 06 de julho de 2022.

ÂNGELO [redacted] ASSIS – Sd EP
Auxiliar da SALC do HGUPV